

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

Discurso de Redemocratização no Brasil da Abertura

Cenas de uma transição inconclusa

Rogério Christofolletti

Orientador: Pedro de Souza

FLORIANÓPOLIS
1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

Discurso de Redemocratização No Brasil da Abertura

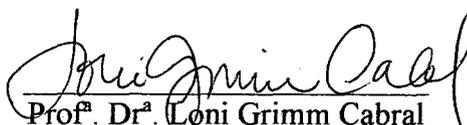
Cenas de uma transição inconclusa

ROGÉRIO CHRISTOFOLETTI

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.
(Área de concentração: Teoria e Análise Lingüística)

FLORIANÓPOLIS
1999

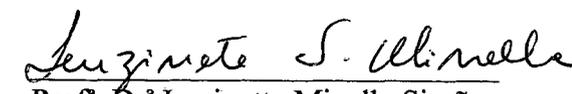
Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Linguística e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal de Santa Catarina

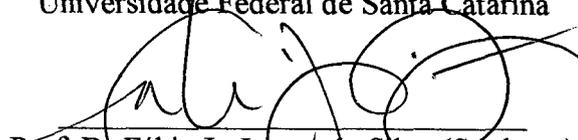

Prof.^a Dr.^a Loni Grimm Cabral
Coordenadora


Prof. Dr Pedro de Souza
Orientador

Apresentada à Banca Examinadora:


Prof.^a Dr.^a Mônica G. Zoppi-Fontana
Universidade Estadual de Campinas


Prof.^a Dr.^a Luzinete Minella Simões
Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Dr Fábio L. Lopes da Silva (Suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina

“Historicamente, dez anos podem não ser suficientes
para constituir uma ‘transição’;
politicamente, é tempo demais”
(Luciano Martins)

“Brazil’s transition to democracy is well under way,
yet still far from complete”
(Ronald Schneider)

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq e à Capes por financiarem parcialmente esta pesquisa

Ao professor doutor Pedro de Souza pela orientação e sinalização dos
caminhos a seguir

Aos membros da banca, tão gentis ao aceitar o convite e tão oportunos
ao comentar este trabalho

A Rodrigo Borges de Fáveri por ter se tornado mais que um amigo, um
interlocutor

A Luiz Eduardo & Marlova por reabastecerem meu ânimo quando ele
já não mais existia

À querida Maria Paula por suportar diversas ausências mesmo estando
eu ao seu lado

Ao meu também querido e amigo Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, sem
quem não teria tido a ousadia desta aventura.

A todos, o meu reconhecimento.

SUMÁRIO

Introdução	01
Cap. 1: A transição em Análise do Discurso	03
1.1. O tema	03
1.2. O problema	04
1.3. A abordagem	06
1.4 Uma fresta histórica	08
1.5 Aspectos metodológicos do arquivo	09
Cap.2: Cruzamentos entre discurso e história	12
2.1. Transição como discurso	12
2.2 Fato histórico e discurso de fato	17
2.3 Formação discursiva como lugar do sentido	20
2.4 Ideologia e sentido, história e discurso	22
2.5 Subjetividade, linguagem e discurso	25
2.6 Poder, relações de poder e transição	28
Cap. 3: Funcionamentos e posições de sujeito na transição	32
3.1 A ilusão de estar fora da transição	33
3.2 Deslocamentos na esteira do discurso	38
3.3 O silêncio instaurando o discurso	43
3.4 A transição controlada	52
Conclusões	56
Anexos	66
Referências bibliográficas	77

RESUMO

Esta dissertação analisa do ponto de vista discursivo como se deu a transição democrática no Brasil, quando da passagem dos militares aos civis no poder em 1984-1985.

Para tanto, detemo-nos sobre os funcionamentos discursivos que operam nos fragmentos do arquivo montado, verificando sob a ótica da Análise do Discurso de tradição francesa os movimentos dos sentidos, a marcação das posições dos sujeitos, suas constituições e deslocamentos, a heterogeneidade enunciativa e suas formas de silenciamento constituintes. Como suporte teórico, acionamos também os conceitos de M. Foucault no que tange as relações de poder e as práticas discursivas nelas incidentes.

Após a discussão conceitual, são examinados fragmentos do *corpus* para a obtenção de subsídios para nossas conclusões.

ABSTRACT

This thesis analyses discursively how the Brazilian democratic transition took place, from military to civil government between 1984-1985.

For this, we explore the discursive functioning that works in the fragments of the assembled archive, verifying under the French Discourse Analysis perspective the movement of meaning, the position of the subjects, their constitution and displacement, the enunciative heterogeneity and the forms of silence. The theoretical background also includes Michel Foucault's concepts concerning power relationships and discursive practices that exist in them.

After conceptual argumentation, in the second part of the thesis, the fragments that constitute the *corpus* are examined in order to reach the concluding remarks.

Introdução

"Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo."

(Walter Benjamin – Sobre o conceito de História)

O Brasil viveu um dos momentos políticos mais importantes de sua história recente, durante a passagem do regime militar a um governo civil em 1985. A **transição democrática** reuniu no mesmo contexto político os insatisfeitos que propunham um novo regime, os governistas que prosseguiram com um cuidadoso plano de descompressão política, alguns que ansiavam por uma mudança no sistema (mas sem nenhuma perda dos seus privilégios) e tantos outros segmentos sociais que buscavam espaço de existência política. É num cenário como este que a configuração de uma nova ordem social vai ser engendrada. É neste momento que serão idealizados os conceitos de um novo Estado, de um novo conjunto de regras e leis, de uma nova sociedade, e por extensão de um nova cidadania brasileira. Fato que nos obriga a afirmar que a **transição democrática** foi ponto de dispersão fundamental para uma série de desdobramentos político-sociais que hoje vivemos no país. Assim, cabe dizer também que analisar a transição é uma forma indireta de (re)conhecer o Brasil atual.

Saber como o período da transição foi pontuado, de que maneira funcionou e que formato assumiu esta transitoriedade são questões tratadas neste trabalho. Aspectos tomados não na sua perspectiva estritamente política ou histórica, mas especificamente abordados no plano discursivo da transição. Ou seja, este trabalho analisa a transição como discurso, onde as mais diferentes falas se movimentaram a fim de organizar uma nova ordem do enunciado político brasileiro.

Capturar esse momento histórico pelo seu teor discursivo não é - ao contrário do que se possa pensar - enfrentá-lo tão somente na sua materialidade lingüística, destituída de qualquer desdobramento prático-político. Nem ao menos eximir a presença de suas componentes histórico-sociais.

Verificar a **transição democrática brasileira** pelo prisma do discurso é trazer do plano lingüístico traços interpretativos que as análises precedentes acerca do assunto simplesmente ignoraram. Emergem questionamentos como os seguintes: De que forma a transição foi

construída discursivamente? A partir de que fatos discursivos passou-se a chamar aquilo de transição? Como os diversos protagonistas se posicionaram, como se colocaram em relação aos seus opostos ideológicos e em relação a seus aliados? Estruturando um diagrama das falas na transição, como fica este esquema? Como estas falas se comportam, entrecruzam-se, deslocam-se, relacionam-se?

O presente estudo se propõe a responder estas questões e outras imediatamente decorrentes através da montagem de um dispositivo de interpretação da *transição democrática brasileira*. Um dispositivo de leitura como este visa reconhecer na materialidade dos fatos lingüísticos sua não-transparência - porque o sentido não é único e estanque -, necessita fazer trabalhar na linguagem sua espessura lingüística e histórica, sua discursividade. Porque a língua não traduz diretamente (sem mediações) o real; porque a ideologia, a história e o inconsciente são tangentes e perpassam o terreno da língua. Assim, como o que se diz é dito por uma dada pessoa, em determinada circunstância, de uma certa posição de fala e sob a influência de algumas condições sócio-históricas, o discurso não se faz sem desvios do falante para o seu interlocutor. Há um jogo discursivo ali, onde os sentidos são efeitos produzidos, e os sujeitos falantes também se travestem, criando ilusões, sombras, fantasmas de pessoas.

Diante desses sentidos que mais são efeitos do que verdades apriorísticas e dessas sombras de sujeito, que são mais posições a serem ocupadas do que seres falantes, a constituição de um dispositivo de interpretação é imprescindível para enfrentar as discursividades dos fragmentos a serem analisados.

É na constituição deste dispositivo de leitura da *transição democrática brasileira* pelo plano discursivo que trabalharemos a seguir. Pois, trazer a transição à luz do discurso é alargar as fronteiras dos nossos conhecimentos sobre o passado nacional, na possibilidade de rever o fato na sua historicidade - porque o discurso é histórico - e radiografar o acontecimento na sua vertente política - pois a palavra, já dizia Bakhtin, é o fenômeno ideológico por excelência.

Capítulo 1

A transição em Análise do Discurso

“... *um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente.*”
(Michel Foucault – *A arqueologia do saber*)

1.1 O tema

Em 19 de março de 1974, o governo brasileiro apontava para uma nova fase do regime militar instaurado havia dez anos: a abertura. Logo em sua primeira reunião ministerial, o presidente Ernesto Geisel anunciava os “sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático (...) para a criação de um clima salutar de consenso básico”¹. A estratégia seguida era a paulatina descompressão política, atendendo a critérios rígidos e bem planejados que resultariam na devolução do poder aos civis, mesmo que isso custasse mais de um mandato presidencial. Cinco anos mais tarde, o compromisso da abertura foi reiterado pelo general João Figueiredo que assumia a vaga de Geisel². Encerrado o mandato do último presidente militar, o fato histórico que para muitos marca o final do processo de redemocratização no Brasil é a eleição indireta de Tancredo Neves em 15 de janeiro de 1985.

Mas a transição política brasileira não se resume apenas a essa troca de mandatários, nem à simples idéia da restauração democrática com a volta dos civis ao poder.

A chamada **redemocratização** - processo que adquiriu diversos nomes ao longo de seu desenvolvimento: *abertura*, *distensão*, *transição* - reorientou a história brasileira, com a implementação de uma outra ordem jurídico-institucional e com a instalação de um estado democrático de direito. De 1985 até nossos dias, muitos fatos se acumularam na esteira que modifica o perfil do país, o que nos faz supor que o Brasil que conhecemos hoje é fruto histórico não apenas das condições em que foi formado, mas também decorrente da direção

¹ Geisel (1975, p. 38)

² Conforme Figueiredo (1981, pp. 175-6): “... tenho diante de mim um compromisso, que assumi antes mesmo de tomar posse na presidência da República. E, mais que compromisso um juramento que fiz após assumir a presidência da República: disse por mais de uma vez que iria transformar este país numa democracia.”

evolutiva que tomou após a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Dessa forma, pesquisar os mecanismos de funcionamento discursivo da *transição democrática* deve ser entendido aqui para além de uma preocupação com a memória nacional, mas como um exercício de reflexão sobre os dias atuais, decorrências de fatos anteriores. Em outros termos, centrar foco sobre a *transição democrática* é buscar compreender o próprio presente.

É verdade, no entanto, que o tema deste estudo não é de todo novo, dado que uma extensa lista de pesquisadores já se debruçou sobre o assunto, principalmente nos terrenos da Historiografia, da Sociologia e da Ciência Política³. No entanto, a abordagem que se persegue em nosso caso é a análise do plano discursivo da transição, algo que até então não houve tão detidamente. Tendo como suporte teórico a tradição francesa da Análise de Discurso (AD), esta dissertação vai se prender ao estudo da exterioridade no lingüístico e dos mecanismos internos de operatividade dos enunciados a fim de poder enxergar a transitoriedade do regime pelo prisma do discurso.

1.2 O problema

Imediatamente após uma filiação teórica - quando indicamos nossa orientação pelo conceitual e pela metodologia da Análise do Discurso -, é necessário também um recorte de abordagem neste estudo da transição. De forma efetiva, esta dissertação não deve trabalhar o período integral convencionado como transição, que poderia ir da “instauração” da abertura com Geisel (1974) à eleição de Tancredo Neves (1985)⁴. Aborda-se aqui especificamente a fase mais evidente da passagem dos militares, a sucessão do general João Figueiredo (1984-85). Esta opção metodológica se revela imprescindível para colher material, consolidar um *corpus* de análise, determinar um arquivo e delimitar a ação das leituras discursivas, empreendendo assim a pesquisa.

³ Merecem destaque as abordagens históricas de Kucinski (1982), Rodrigues (1990), Kotscho (1984), Sader (1991) e Skidmore (1988), que analisam mais a passagem do estado militar para o civil; as análises de cunho economicista de Sallum Jr. (1997), as sociologistas de Cardoso (1975), de Fernandes (1986), e de Lamounier (1990) - em busca de um balanço -, as organizadas por Krischke (1983) e por Diniz (1989); os focos centrados de Dimenstein (1985) sobre a eleição de Tancredo Neves, de Noblat (1990) sobre os anos Sarney, de Stepan (1986) sobre o papel dos militares, de Przeworski (1992) e de Muszynski & Teixeira Mendes (1990) sobre aspectos mais teóricos, e de Rezende (1996), cuja análise observa a transição como forma de dominação política. Além dos numerosos títulos com depoimentos de personalidades, com “balanços das conquistas da redemocratização” e mesmo iniciativas no campo do jornalismo investigativo.

⁴ Alguns estudiosos consideram ainda o primeiro governo após a queda do regime como componente histórico de um período transitório. São os chamados governos de transição. É o caso, por exemplo, de Sallum Jr. (1997) e Diniz *et al* (1989).

À medida que se trata então da transição na sua forma de sucessão presidencial, já se consegue delinear o campo de alcance de nossas observações discursivas. As condições históricas ficam mais claras, as personagens se apresentam com mais desenvoltura e mesmo os movimentos políticos nos ficam mais demarcados. Com isso à mão, surgem algumas indagações preliminares que, a exemplo de outras complementares e das já instauradas, compõem a problemática que norteia este estudo: *Quais os movimentos discursivos incidentes na campanha para a sucessão de Figueiredo? Além dos concorrentes no Colégio Eleitoral - o governador mineiro Tancredo Neves e o deputado paulista Paulo Maluf -, quem mais deve ter seu espaço de fala observado?* Sobre esta questão em particular, é importante lembrar a postura do presidente cessante em relação ao apoio que, em tese, devia hipotecar ao candidato do partido situacionista e também seu posicionamento político-discursivo frente ao candidato da oposição.

Como se trata de um processo eletivo, mesmo que indireto, a sucessão depende da composição de alianças, da formação de blocos de apoio e, por isso, os movimentos políticos colaterais para a aglutinação dos aliados também devem ser verificados. Assim, além do presidente Figueiredo, outras figuras importantes da política nacional vão compor o espectro das instâncias enunciativas estudadas: o vice-presidente da República, Aureliano Chaves, um civil que poderia se viabilizar como sucessor natural; o ministro do Interior, Mario Andreazza, que se coloca disponível ao partido para disputar a eleição; o presidente do partido da situação, José Sarney, que deixa a direção do PDS para montar um bloco dissidente, etc..

Articulando as preocupações de Pêcheux (1969), de verificar a ligação entre as circunstâncias do discurso - que ele denominou *condições de produção* - e o seu processo de produção, com as questões relativas a constituição-instituição-instauração da transição, apontamos ainda outros questionamentos pertinentes: *Como se articula o discurso dos governistas? E a retórica oposicionista, como se apresenta? Diante dos desdobramentos políticos, como governistas e dissidentes vão rearticular suas falas diante da transição? Ou, por outro lado, como os governistas recebem o discurso do candidato Tancredo Neves? Enfim, se fôssemos montar um diagrama discursivo, como ficariam as diversas falas destes segmentos envolvidos? Isto é, pode-se falar num discurso da transição? Há regularidades enunciativas que denunciam sua existência?*

Nesta discussão, é necessária a mobilização do conceito de *formação discursiva* (Foucault, 1969):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (43)

Reformulando, numa única questão as duas últimas, poderíamos indagar: *as diferentes falas das personagens comungam regularidades discursivas que assinalem uma formação discursiva da transição?*

Reunindo todos estes questionamentos, pode-se arriscar uma última e mais importante pergunta que deve ser respondida em nossas conclusões: *Discursivamente falando, de que forma a transição se deu?* Para respondermos, é preciso admitir que a indagação não se limita apenas à transição como fato histórico, mas também como acontecimento discursivo. Absorver essa condição teórica implica em possibilitar a construção de um dispositivo de leitura para além da periodização histórica, para além da noção de sucessão temporal, no limite de enxergar a transição como discurso.

1.3 A abordagem

Conforme já foi dito anteriormente, a *transição democrática brasileira* ainda não foi estudada profundamente na sua discursividade, levando-se em conta os parentescos e consanguinidades que a língua, a ideologia e a história mantêm. Mais especificamente na Análise do Discurso, a maior proximidade que se teve com o tema são os trabalhos de Indursky (1997) e Forget (1994)⁵. O primeiro assenta-se no projeto de dar conta da constituição de um discurso político dos presidentes do regime militar e reconhecer nestas falas as vozes da heterogeneidade. Mas a transição, em si mesma, fica um tanto desfocada, já que a preocupação da autora é mesmo concentrar-se na fala dos militares, explorando seus discursos ao longo daquilo que chamou de *República Militar Brasileira*.

⁵ Não mencionamos aqui o trabalho de Zoppi-Fontana (1997) pelo simples fato de que seu foco de análise abrange a transição em outro país, a Argentina, debruçando-se sobre o discurso do presidente Raúl Alfonsín. Nem tampouco citamos o estudo de Pinto (1989) por se deter sobre um acontecimento discursivo específico do governo Sarney: o Plano Cruzado. *A fala de muitos gumes* (Orlandi, 1987) também não foi citado por se tratar de um estudo mais breve, apesar de trazer contribuições para a discussão.

Danielle Forget, por sua vez, trilha um caminho semelhante, mas prioriza a emergência do discurso democrático no Brasil - conforme indica o subtítulo de seu trabalho -, comparando períodos de repressão política - como a edição do Ato Institucional nº 5, em 1968, e o "Pacote de Abril", em 1977, - a ciclos de descompressão - como a elaboração do projeto da lei de anistia, em 1979, e a campanha pelas Diretas-Já, em 1984. Entretanto, a polarização exercitada pela autora entre o discurso militar (monológico) e o discurso democrático (dialógico) é insuficiente para estabelecer um dispositivo de interpretação que dê conta dos movimentos discursivos da transição, dos deslocamentos dos sujeitos de uma posição a outra e dos funcionamentos que caracterizam o que pode ser visto como uma formação discursiva da transição.

Apesar desta nossa dissertação ter contraído uma dívida teórica com os trabalhos de Indursky e Forget, na medida em que se acredita na lucidez e rigor de seus procedimentos nas análises, esta pesquisa enfoca incisivamente a transição no Brasil na forma da sucessão presidencial, enxergando o discurso político brasileiro de maneira distinta.

É necessário apontar na análise da transição as maneiras pelas quais os sentidos se fecham, transmutam-se de falante para falante e se reconvertem em determinada situação; é preciso também indicar de que forma, seguindo que orientações, a transição se coloca como fato para o político alinhado ao governo, para o militante opositor, para aliados e adversários. No estudo discursivo da transição - apoiado na historicidade dos ditos e determinado pelas formações ideológicas (conforme lembram Pêcheux e Fuchs, 1975) -, é imprescindível ainda observar como os funcionamentos discursivos se (inter)relacionam nos sistemas de regularidade que definem a formação discursiva.

Outro diferencial entre o presente trabalho e os já citados é a composição do *corpus* de análise, que desta vez contempla os mais diversos pólos envolvidos no processo e não somente os situacionistas, arquitetando assim um arquivo mais plural e representativo. As fontes de onde foram extraídas as formulações discursivas também são variadas, indo das publicações oficiais a veículos de comunicação da imprensa brasileira.

Do ponto de vista teórico, a escolha da Análise do Discurso (AD) como suporte conceitual e metodológico se deu para atender a, pelo menos, dois objetivos: primeiro, revisitar a temática por uma abordagem ainda inédita, e assim enfatizar o plano discursivo da transição; e segundo, dirigir uma análise do plano lingüístico da transição articulado com as noções de Ideologia, História, Formação Discursiva e Exterioridade, convergência que a Análise do Discurso não tem dificuldade em estabelecer. Estes dois objetivos são estágios

preliminares, mas fundamentais, para a montagem de um dispositivo discursivo de leitura da *transição democrática brasileira*.

1.4 Uma fresta histórica

A transição do regime militar para o modelo de gerência civil é a fissura histórica mais importante dos últimos trinta anos, se se considerar a partir do movimento de 1964. Compreender como a transição se deu é lançar facho de luz que auxiliem no entendimento de como as instituições, os valores e a sociedade redemocratizada se construíram. Dessa forma, cabe aqui, relembrar como estavam posicionadas as peças do jogo político na época da sucessão do general João Figueiredo, a fim de compreender um pouco das condições de produção do discurso da transição.

Na noite do dia 29 de dezembro de 1983, o presidente João Figueiredo usa a cadeia nacional de rádio e televisão para transmitir a habitual mensagem de final de ano e acaba atingindo seriamente o projeto de sucessão do próprio governo. O general anunciava sua impossibilidade na indicação de um nome entre seus correligionários para sucedê-lo a partir de março de 1985: “As discordâncias que encontrei levaram-me à conclusão de que não poderia apontar nome que reunisse todos os sufrágios ou, pelo menos, a sua grande maioria” (Dimenstein *et all*, 1985, p.12). A declaração causa estranhamento no partido situacionista (PDS) e prejudica o trabalho da legenda de testar três possibilidades para a substituição de Figueiredo: o vice-presidente Aureliano Chaves, o ministro Mario Andreazza e, em último caso, o deputado paulista Paulo Maluf.

Se até então, o próprio governo havia acenado com a disposição de “abrir o regime”, como foi enunciado por Geisel em 1974, o plano de distensão política vinha sendo levado com cautela e rigor, oscilando entre as concessões - como a revogação do AI-5 e a aprovação da Lei de Anistia - e as medidas de recrudescimento - como o Pacote de Abril e a Lei Falcão. Num contexto como este, a abdicação de Figueiredo de indicar seu sucessor serviu de senha para uma série de movimentações políticas que visavam o preenchimento da cadeira da presidência da república em 1985. Entre os acontecimentos mais expressivos estava a Campanha das Diretas-Já, que realizou grandes comícios nas principais capitais brasileiras, durante o ano de 1984, sendo mais tarde derrotada no Congresso Nacional como emenda constitucional.

A partir do fracasso das Diretas-Já, a oposição voltou a se articular para a sucessão indireta de Figueiredo, cogitando a união das forças complementares da esquerda e a adesão de facções governistas descontentes com a crise econômica que parecia insolúvel. O governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, passa a ser cogitado como núcleo aglutinador dessa aliança que poderia vencer a disputa contra o governo. Enquanto isso, o PMDB - que saíra fortalecido das eleições de 1982 - passa a fazer a costura política que garantiria tal vitória.

No outro lado, Figueiredo hesitava em apoiar qualquer candidato, e por vezes, era ambíguo em declarações públicas, dando margens a entendimentos de que queria mesmo a prorrogação de seu mandato. No PDS, a viabilidade da candidatura de Paulo Maluf gerava divisões que caminhavam para um racha irreversível no partido. Lideranças políticas como o ex-governador baiano Antonio Carlos Magalhães e o senador Marco Maciel pressionavam seus correligionários para a criação de um bloco independente. A confirmação do nome de Maluf como sucessor de Figueiredo serviu para catalisar a fratura no PDS, originando a Frente Liberal, dissidência que, mais tarde, comporia com os peemedebistas.

É num cenário político como esse, composto pela omissão de indicação por parte de Figueiredo, pela desintegração interna do PDS e por um nome de oposição capaz de conciliar interesses distantes, que a *transição democrática* no Brasil vai encontrar condições de se implementar. O silêncio de Figueiredo em relação a quem apoiava, a polifonia ao redor da escolha de Maluf como presidenciável, a reconfiguração discursiva dos dissidentes governistas na composição com o PMDB e a construção enunciativa de Tancredo Neves como o candidato do consenso são alguns dos fatos discursivos focalizados neste trabalho.

1.5 Aspectos metodológicos do arquivo

O *corpus* de análise desta dissertação consiste num conjunto de 50 formulações discursivas dos diversos atores sociais envolvidos no processo da sucessão presidencial de 1985. Os fragmentos foram retirados de fontes formais de registro, como coletâneas de discursos oficiais e livros - (Delgado, 1988), (Figueiredo, 1984) e (Dimenstein *et all*, 1985) -, e extraídos de órgãos de imprensa de circulação nacional, como Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e revista Veja, datados de junho de 1984 a março de 1985.

Para evitar um total oficialismo nos pronunciamentos e nas fontes de publicação, por um lado, e para não incidir em especulações ou desvios, por outro, optamos pelas declarações textuais. De forma criteriosa, convivem no *corpus* trechos de discursos do presidente João Figueiredo em inaugurações de obras, confidências de presidenciáveis a amigos, entrevistas, comentários dos protagonistas em reportagens, etc..

Com relação à triagem dos enunciadores, houve preocupação de garantir equilíbrio e representatividade das partes envolvidas no conjunto dos fragmentos. Este controle esteve associado basicamente ao envolvimento das personagens na sucessão, ao tempo de veiculação das formulações (1984-85) e à importância desses enunciados no processo. Evidentemente, as falas partem apenas de instâncias institucionais, já que seus emissores posicionam-se destes lugares para ajudar a constituir a transição como discurso.

Quanto às temáticas abordadas pelos enunciadores e sua inserção no arquivo, foram considerados referências diretas ao processo sucessório, à composição de alianças ou aos partidos envolvidos, declarações de apoio ou repúdio a candidaturas, comentários sobre o regime e seu projeto de democratização nacional.

Em relação ao estabelecimento do montante de formulações analisáveis, sua determinação ficou apoiada num critério de seriação, em que se buscou muito mais a dispersão dos enunciados do que propriamente o encontro de uma unidade.

Inicialmente, a coleta de fragmentos que satisfaziam às condições para triagem de enunciadores e para a escolha das temáticas totalizou um conjunto de 104 fragmentos, divididos em onze pontos de emergência de fala que equivaliam a cada personagem da trama discursiva. Numa segunda leitura, foram verificados aspectos como repetições desnecessárias e demais redundâncias, o que provocou redução no número de formulações.

Por considerar que tal pluralidade trouxesse como efeito colateral uma dispersão perigosa para a análise, reagrupamos os fragmentos, reequacionando as instâncias discursivas. Por fim, o *corpus* somou 50 fragmentos, separados em quatro instâncias enunciativas, a saber:

Instância enunciativa das falas do presidente Figueiredo	(FIG) 19 fragmentos
Instância enunciativa relativa às falas de Tancredo Neves	(TAN) 12 fragmentos
Instância enunciativa referente aos políticos da Frente Liberal	(LIB) 13 fragmentos
Instância enunciativa relativa ao deputado Paulo Maluf e aos políticos alinhados ao Governo	(MAL) 6 fragmentos

É importante determinar aqui a noção de *instância enunciativa*, que formulamos para este estudo. Tal conceito remete ao de *cena enunciativa*, proposto por Maingueneau (1987), e que designa lugar de enunciação, ponto de surgimento da fala. Maingueneau lembra que a Análise do Discurso “prefere formular as instâncias de enunciação em termos de ‘lugares’, visando a enfatizar a preeminência e preexistência da topografia social sobre os falantes que aí vêm se inscrever” (32). Como nosso trabalho vai avançar sobre que posições foram ocupadas por certos falantes, que nelas se fizeram sujeitos, o primado do sistema de lugares nos é “crucial”, enfatiza Maingueneau. No entanto, adverte que a noção de *cena enunciativa* não pode ser absorvida como “duplicação ilusória” ou “re-presentação de realidades”: “a ‘encenação’ não é uma máscara do ‘real’, mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso” (34). Assim, a encenação se dá mais como instauração discursiva e não imitação/representação, daí a proximidade com o que chamamos de *instância enunciativa*.

Particularmente, esta expressão fica centrada na idéia de um espaço de emergência dos enunciados, ponto de dispersão de discurso. Ao contrário do que se possa entender inicialmente, a noção de instância enunciativa não coincide com a de falante, mas constitui-se no contexto de enunciação formado por onde a fala emerge - o enunciador propriamente dito - e o sujeito dela. A instância enunciativa deve ser entendida como conjunto de condições para enunciar e para o falante se fazer sujeito, dentro do processo de busca discursiva de referência.

Assim entendido, a instância enunciativa (FIG) aponta para tudo aquilo que permite que certo ponto de fala possa ser o centro dispersor de diversos enunciados que comungam algumas regularidades características; além do fato de possibilitar que tal ponto de emergência de fala possa ser assinalado sob a posição-sujeito do presidente Figueiredo. O mesmo processo se dá nas demais instâncias enunciativas em estudo. Em algumas delas, o ponto de dispersão de enunciados é formado por um plural de falantes, como nas instâncias (LIB), referente aos liberais dissidentes do PDS, e (MAL), que concentra as formulações de Maluf e dos políticos alinhados ao governo.

Em resumo, a instância enunciativa é muito mais um coletivo de possibilidades e condições na tentativa de uma territorialização dispersiva da enunciação no delineamento de uma posição-sujeito, do que a simples marcação de uma univocidade falante.

Capítulo 2

Cruzamentos entre discurso e história

“Se o estudo lingüístico pode esclarecer certos aspectos do discurso político, em sua dimensão diacrônica, ele aborda necessariamente – sem que esteja em seu poder resolvê-lo – o problema da relação entre discurso e história”
(Denise Maldidier - *O discurso político e a Guerra da Argélia*)

2.1 Transição como discurso

Em seu estudo, a transição sempre foi tratada ora como periodização de fatos históricos ora como processo de consolidação de uma outra ordem político-institucional. No entanto, nenhuma destas caracterizações foi suficiente para açambarcar todas as possibilidades de entendimento deste objeto e nem mesmo encerrou as discussões ao seu redor. Fato que justifica o recurso a novas abordagens do tema, como por exemplo a discursiva, que possibilita a visibilidade do objeto sob angulações mais detalhadas e enfoques mais dinâmicos ao priorizar a análise do funcionamento discursivo das falas da transição.

Contudo, por nossa parte, este estudo não considera a transição um fato histórico e por esta razão, não admite a *transição democrática brasileira* enquanto ciclo de etapas dentro de um determinado período. Nem tampouco, a transição é aqui entendida como processo de institucionalização de regime ou modelo de Estado.

Neste trabalho, dimensionamos a *transição democrática brasileira* enquanto um acontecimento discursivo, a emergência de um fato que se marca e que existe no e pelo âmbito da discursividade. O conjunto de falas dos enunciadores - emersas em dados momentos e segundo tais condições - constitui aquilo que se denominou a *transição democrática brasileira*. Este acervo de enunciados, que apesar de dispersos por natureza entrecruzam-se no ponto da transferência da presidência da república, é que se apresenta enquanto o fato da transição. A transitoriedade do modelo militar para o civil deixa de ser o completar de um ciclo histórico para ser entendida como um conjunto de discursividades. Diferente de possuir uma concretude visível e tangível e quase impossível de determinação

dos seus limites, o advento daquilo que se chamou de transição só encontra respaldo em seu caráter discursivo, na sua existência enquanto enunciado.

Uma citação de Guilhaumou e Maldidier (1986, p.166) nos ajuda a compreender melhor:

O acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado.

É importante notar que a transição como acontecimento discursivo não se sobrepõe a um fato histórico que se encontra encaixado na cadeia sucessiva de eventos. Apesar de a transição ter sido entendida pelos estudiosos como uma metáfora espacial - um lugar ideal de desenvolvimento do processo e das práticas políticas dos países a ser alcançado -, a noção de transição com a qual trabalhamos não fica assim limitada.

Zoppi-Fontana (1997) prefere, por sua vez, considerar a transição uma representação temporal, “a partir da qual se organizam os processos discursivos que configuram o discurso político latino-americano nos anos 80”. Metáfora temporal que organiza um processo do “ser não sendo ainda”, de um vir a ser sempre. Esta perspectiva apresentada nos é importante, pois é a partir dela que vamos poder delinear a noção de transição com a qual trabalhamos. Antes, é preciso revisitar algumas outras noções de base.

Foucault (1969) denominou *formação discursiva* o sistema de dispersão em que haja regularidades em dado conjunto de enunciados. Cada elemento formador deste conjunto de potencialidades de fala - cada frase, cada discurso - está necessariamente submetido a regras de formação, que são históricas e condicionantes. Por mais de uma vez, o conceito de formação discursiva (FD) de Foucault foi criticado, temendo-se que se admitisse a FD como uma máquina geradora de discursos - ensimesmada em sua estrutura - totalmente desvinculada das circunstâncias que cercam (e ajudam a preencher) os discursos. Como Foucault mais de uma vez também enfatizou não ter se deixado cobrir pelo manto estruturalista⁶ e como a noção de formação discursiva é suficiente em nossas reflexões presentes, mantemos seu uso. Evidentemente, acompanhado da preocupação de Pêcheux (1983) contra o “apagamento do acontecimento”.

⁶ Na própria *Arqueologia do Saber* (p.33), é feita tal menção.

todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (...) de deslocamento no seu espaço. (56)

O discurso, então, é estrutura, mas também é acontecimento. É a seqüência morfo-léxico-sintática, mas não deixa de trazer consigo as condições sócio-históricas que permitiram sua emergência. Dessa forma e por extensão, quando aqui analisarmos as falas da transição, não estaremos desligados do acervo histórico de onde eclodiram estes enunciados. Mesmo porque, conforme afirma Pêcheux (1969, p.82), consideramos o discurso como *efeito de sentido* entre locutores, esfera em que “os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social, isto é, as condições de produção, constituem o sentido da seqüência verbal produzida” (Orlandi, 1987, p. 26). Assim, a língua funciona como um sistema dinâmico, como “ordem significante que se inscreve na história para fazer sentido”, porque os sentidos não estão soltos, mas são administrados (Orlandi, 1996). O discurso - enquanto terreno onde a língua é posta em funcionamento e enquanto fato - concentra esta dupla interface apontada por Pêcheux: estrutura e acontecimento, materialidade e ocorrência, enunciado e enunciação.

Concluído o desvio - que serviu para fincar pé numa escolha teórica e considerar a transição como discurso -, reforçamos que a passagem do modelo militar para o civil deixa de ser o completar de um ciclo histórico para ser entendida como um conjunto de discursividades que, apesar de dispersivas, têm como ponto em comum a efetiva mudança de mãos para a presidência da república no Brasil. De igual modo, a transição não se reduz também à mera consolidação de uma nova ordem jurídico-institucional, já que a constelação discursiva que ela arrasta consigo vai muito mais além do que simplesmente constituição de novos conceitos de Estado, de Direito, de Democracia.

Assim, a transição, para este estudo, não se constitui em período histórico, uma etapa de passagem de um regime a outro ou sequer uma metáfora temporal a partir de onde se articulam os processos discursivos que tecem o discurso político da década de 1980, como quis frisar Zoppi-Fontana (*op.cit.*). Em nosso estudo, transição transcende o aspecto de condição unificadora do conjunto de discursividades, mas é considerada o próprio conjunto das discursividades, a própria emergência/engendramento dos acontecimentos políticos. Assim, a transição não é fato, nem catalisador de práticas político-discursivas, mas cruzamento, deslizamento, entrelaçamento das falas; a encruzilhada discursiva. A transição só

aparece, só emerge na sucessão presidencial de Figueiredo como consequência das discursividades, e não como propiciadora delas, conforme quer crer Zoppi-Fontana, daí seu diferencial aqui apontado.

A transição como acontecimento discursivo é ponto de dispersão de enunciados, mas não a fonte deles, pois se assim fosse pensada, deveria ser considerada sob a égide da noção de Zoppi-Fontana. Nosso conceito de transição não é apenas o ponto na superfície do vidro onde os raios de luz - os discursos - se cruzam, mas inclui também as difrações destes raios decorrentes da passagem para outro meio. A transição é efeito de sentido também, é constituição-institucionalização histórica de falas e versões, é produção-reprodução-transformação de efeitos de real.

É claro que todas essas afirmações articulando a transição com a sua discursividade e com a instituição de um certo fato histórico dentro da História do Brasil permitem a brecha necessária para discussões que elegem a natureza do fato histórico como um foco principal. Na verdade, diante disso, quase que se obriga este tipo de reflexão. Como esta discussão - que ao mesmo tempo é desvio e parte constituinte da nossa questão maior - estende-se muito longamente, apenas faremos algumas remissões importantes.

O aporte da discursividade, seja através de narrativas históricas, jornalísticas ou testemunhais, para a instituição de um evento é tratado, entre outros autores, por Mariani (1998) e por Vidal-Naquet (1983). A primeira investiga as narrativas e rituais enunciativos da imprensa brasileira que permitiam o engendramento daquilo que passou a ser chamado de Intentona Comunista de 1935, “o processo discursivo que produziu a ilusão referencial para a expressão *intentona comunista*” (p.39); a produção de um efeito de real que acabou se cristalizando dentro da história nacional enquanto uma prática, um movimento social.

Vidal-Naquet, por sua vez, tenta perseguir a noção de fato histórico que alguns historiadores insistem em sobrepor àquilo que se convencionou denominar de *real*. Para tanto, Vidal-Naquet detém-se em um de seus exemplos, que muitos narradores históricos batizaram como o episódio de Masada, quando supostamente 960 judeus teriam se suicidado. O autor se pergunta sobre o que efetivamente teria ocorrido já que diversos historiadores narram o acontecido de uma perspectiva, com base apenas nos relatos de duas testemunhas questionáveis.

Após algumas considerações, Vidal-Naquet volta a se perguntar onde estaria o fato no episódio narrado, e o que concretamente teria se passado sobre o rochedo de Masada:

Não sabemos isso em detalhes, e nem podemos sabê-lo. Podemos, e mesmo devemos, não crê-lo no todo, mas sim no detalhe. Há um real que resiste muito fortemente: a sede da fortaleza não foi um fantasma. Contudo, conseqüentemente com relação à questão do fato, eu me coloco em meu ponto de partida: o fato não existe fora do sentido e o sentido só aparece com aquele que o historiador lhe dá. (198)⁷

Nossa análise se restringe a considerar a transição enquanto um acontecimento discursivo, o conjunto de discursividades que têm como regularidade a transitoriedade do governo Figueiredo, a instituição dessas falas em efeitos de real.

Prosseguindo na revisão de conceitos, observamos que em seu trabalho de 1983, Pêcheux analisou um acontecimento em particular - a vitória de François Mitterrand na disputa pela presidência da França. Aqui, também detemo-nos sobre aquilo que os historiadores costumam chamar de marco histórico, a *transição democrática brasileira*. Entretanto, não buscamos nela o monumento de fundação de um período, mas sim sua historicidade discursiva. Se lá, Pêcheux coloca como questão teórica o “estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca e formulações irremediavelmente equívocas” (p.28), aqui não nos propomos a indagar no terreno abstrato e teórico.

Mas como qualquer enunciado é lingüisticamente descritível como uma “série léxico-sintaticamente determinada de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” - como bem frisou Pêcheux (*ibidem*:53) -, vamos desta vez percorrer os fragmentos do arquivo a fim de apontar os principais movimentos que compõem o funcionamento da transição enquanto discurso. É na composição deste diagrama - na acepção foucaultiana do termo - de curvas discursivas que vamos poder assinalar um perfil da transitoriedade impressa nos anos 80 no Brasil. É na descrição e na análise das formulações que vamos poder montar uma espécie de cartografia - no sentido guattariano - deste efeito de sentido multilateral que se convencionou chamar transição.

Ainda sobre este nosso caso presente, a filiação teórica à Análise do Discurso de tradição francesa já se justificaria pelas considerações feitas anteriormente sobre as noções de discurso, de língua e pela inescapável confluência dos saberes lingüístico e social na própria análise das sequências discursivas. Mas uma citação de Branca-Rosoff *et all* (1995, p.54) pode reforçar o que venho tentando dizer:

⁷ Tradução nossa.

A especificidade da AD nas ciências humanas repousa sobre a incontornável presença da materialidade da linguagem no seio do processo social: ela transforma em efeito seu próprio objeto a partir dos recursos da linguagem, de sua dimensão funcional reflexiva. Ela é uma disciplina interpretativa, irreduzível a todo formalismo lingüístico assim como a toda leitura não-instrumentalizada.⁸

Se consideramos a AD sob os aspectos apresentados acima e se entendemos o discurso como “processo, em suas relações com o ‘extralingüístico’, isto é, *discurso como prática*” (Robin, 1973, p.26), o desafio aqui é construir interpretações sem jamais neutralizá-las, “seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal”, como enfatiza Maingueneau (1989, p.11). E é o mesmo Maingueneau quem diz que

o discurso, bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem. À AD cabe não só justificar a produção de determinados enunciados em detrimento de outros, mas deve, igualmente, explicar como eles puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais. (50)

Porque a materialidade de nosso *corpus* é lingüística e porque seus processos constituintes são discursivos; porque a instituição de uma certa historicidade repousa (e se agita) sobre o caráter solidário entre ideologia e inconsciente no cerne da palavra; e porque a produção do efeito de real da transição enquanto elemento da história brasileira se cristaliza na materialidade da própria prática social, é que vamos enxergar a *transição democrática brasileira* enquanto um acontecimento discursivo, um efeito de sentido. Dessa forma, ficam bem traçados aqui nossos objetivos no estudo discursivo da *transição democrática brasileira* e o alcance que nossas leituras e conclusões podem adquirir.

2.2 Fato histórico e discurso de fato

Tratado diversas vezes como um espécie de sinônimo de texto e fala, o discurso não é nem uma coisa nem outra. Definido por Pêcheux (1969) como “efeito de sentido entre

⁸ Tradução nossa.

locutores”, o discurso não é senão a língua colocada em funcionamento, em sua operatividade, na construção de sentidos, de sujeitos, de verdades. A língua - o código e suas regras - serve de base material para os mais diversos processos discursivos se articularem, significando e ressignificando. Por *processo discursivo*, Pêcheux (1975, p. 161) quer se remeter ao “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos em uma formação discursiva dada”.

Quando estabelece a oposição *base material lingüística X processo discursivo*, Pêcheux assinala a autonomia relativa que todo sistema lingüístico dispõe e que o submete a leis internas, conforme já havia afirmado Henry (1977). É sobre essas leis internas que os processos discursivos se desenvolvem, explica Pêcheux, afastando a idéia de que a discursividade seja entendida enquanto fala individual, uso da língua ou expressão de um puro pensamento.

De modo extensivo, um discurso também não é um texto, pois este se define muito mais por sua estruturação lingüística do que propriamente pelos mecanismos que nele operam. Um texto se caracteriza pela estrutura formal e seqüencial de idéias e conceitos, enquanto que o discurso traz consigo os processos e funcionamentos que possibilitaram o engendramento daqueles e não destes sentidos, que permitiram tais ou quais efeitos simbólicos e determinadas leituras. Assim, *grosso modo*, um texto sempre pode ser considerado um discurso, mas o inverso nem sempre se dá.

Este desvio teórico auxilia na compreensão da noção de discurso e nos permite enxergar um pouco de sua amplitude e dos desdobramentos provocados quando da sua emergência na história dos estudos lingüísticos⁹.

O desvio em busca de uma noção de discurso nos serve também de atalho para chegarmos naquilo que foi chamado de discurso político, tipologia marcada por seu caráter polêmico, de convencimento, de direcionamento de sentidos. Embora alguns autores ainda discutam a viabilidade de uma tipologia como essa - já que qualquer discurso tem raízes em alguma formação ideológica e portanto extratificações políticas -, neste nosso estudo, vamos admitir o trabalho analítico sobre as seqüências de discursos políticos na *transição democrática brasileira*.

⁹ Orlandi (1986, p. 62) enfatiza, por exemplo, que o conceito de discurso “desloca a reflexão para além da dicotomia língua/fala ou competência/desempenho”. “O discurso não é geral como a língua (ou a competência) nem individual e a-sistemático como a fala (ou a performance). Ele tem a regularidade de uma prática, como as práticas sociais em geral”.

Bem ou mal, o interessante nisto que aqui denominamos de discurso da transição é que, através de sua heterogeneidade discursiva, podemos rastrear “a marca das condições concretas de existência das contradições através das quais a história se produz, sob a repetição das memórias estratégicas” (Pêcheux, 1981, p. 7). Esta constituição do fato histórico pela linguagem nos interessa em particular aqui pelo caráter duplo que a transição assume neste trabalho: de um lado despindo-se de um conceito arraigadamente periodicizador - a transição enquanto etapa que separa os governos militares dos civis, maneira pela qual sempre foi enfocado o assunto; e de outro lado, tentando instituir a transição colocada enquanto discurso, conjunto de falas dentro de um certo sistema de regularidades.

Vale repetir a noção de *acontecimento discursivo* de Guilhaumou & Maldidier:

o acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado. (1986, p.166)

A *transição democrática* no Brasil se encaixa justamente nestes parâmetros: ela não é o período que os historiadores buscam delimitar nos livros, nem tampouco é o processo que os cientistas sociais tentam explicar nos artigos, mas a confluência das falas de alguns protagonistas do discurso político numa determinada época. Se o fato histórico é um objeto de construção discursiva, as condições desta produção são as balizas que vão orientar os sentidos que se vai querer imprimir. Entretanto, não se pode cair numa série de armadilhas que povoam este terreno pantanoso e movediço que é o discurso. Em primeiro lugar, não há uma relação direta entre o sujeito e o mundo, senão mediada pela linguagem que tem na palavra a ideologia e o inconsciente incidindo. Segundo, no discurso, o sujeito se dá “tal como quer aparecer, ou tal como se vê em função de seu sistema de representações, e não diretamente tal como sua prática política e como a significação, a função social de sua prática política, o definem” (conforme Robin, 1973). A autora faz o alerta apontando para o fato de que a análise das práticas no discurso tem relação estreita com o estudo das formações ideológicas, o que “não dá diretamente acesso à prática política em sua objetividade”. Então, provisoriamente, Robin conclui:

Entre o dizer e a relação das forças, intercala-se todo um jogo de opacidade, e o problema essencial poderia ser enunciado como se segue: dada uma tal conjuntura, por

que acontece que tal grupo possui tal discurso, enquanto que em outra conjuntura ele possuía outro; qual o desnível entre os dois discursos? (47)

São estas angústias também que nos movem neste estudo. Esta imbricação entre discurso político e constituição histórica, os questionamentos sobre a fala mutante dos protagonistas da encenação política¹⁰, os deslocamentos do sujeito na esteira de fala do discurso, tudo isso merece atenção num exercício de Análise do Discurso como este que aqui se ensaia. Com um detalhe: a AD acaba transmutando em efeito seu próprio objeto a partir dos recursos da linguagem, criando uma atmosfera de auto-reflexão e de constante repensar sobre o ofício. Afinal, como já disse Benveniste (1989, p. 32), referindo-se à visão de Saussure sobre a história, esta “não é da língua senão uma das dimensões possíveis e não é a história que dá vida à linguagem, mas sobretudo o inverso. É a linguagem que, por sua necessidade, sua permanência, constitui a história”.

2.3 Formação discursiva como lugar do sentido

Quando se faz referência às relações entre os discursos e seus sujeitos, a noção foucaultiana de formação discursiva é incontornavelmente evocada. Seja pela complexidade de sua elaboração e seu alcance enquanto conceito, seja pela indissociabilidade com que as análises discursivas trabalham já há tempos com esta noção. Desta forma, quando formos nos referir ao discurso da transição, estaremos nos remetendo necessariamente à formação discursiva da transição, conjunto de regularidades de falas e ponto de dispersão de enunciados.

Mainueneau (1989, p. 50) adverte que, no caso específico da Análise do Discurso (AD), é rechaçada a idéia que liga a discursividade a um suporte de “doutrinas” ou “visões de mundo”. O discurso se coloca então como “uma organização de restrições que regulam uma atividade específica”, enquanto que a enunciação seria mais “um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem”. Dessa forma, a formação discursiva acaba encarnando não apenas a sistematicidade discursiva de determinadas posições-sujeito em dadas condições de produção do discurso, mas também o

¹⁰ A remissão a este trecho de Pêcheux (1975, p. 160) é inevitável: “... palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”

engendramento/fechamento dos sentidos. É a formação discursiva enquanto núcleo semântico. É o próprio Maingueneau, num trabalho anterior citado por Souza (1987, p. 23), quem explica:

a formação discursiva não seria um conglomerado mais ou menos consistente de elementos diversos que se juntariam pouco a pouco, mas muito mais a exploração sistemática das possibilidades de um núcleo semântico

Este redimensionamento teórico da noção foucaultiana, com o claro propósito de encaixar o conceito sob o prisma de uma semântica lingüística, vai convergir com aquilo que Pêcheux (1975, p. 162) dizia de a formação discursiva ser “o lugar da constituição do sentido”. Como as palavras não carregam o sentido em si mesmas e como os efeitos se dão na relação entre elas, com os enunciados e discursos acontece o mesmo. Os sentidos vão se estabelecer a partir dos processos discursivos de sinonímia, paráfrase, deslocamento, e assim por diante. A formação discursiva é um domínio impalpável, instável e aberto, e não configura uma expressão completa dos pontos de vista de um indivíduo ou um coletivo. Nem sequer é uma doutrina, mas “um dispositivo que institui ao mesmo título e em um mesmo movimento o conjunto das condições de sua enunciação e do que enuncia” (conforme Maingueneau, 1989, p. 187). Assim, a formação discursiva da transição - nosso foco aqui - engloba não apenas as falas dos protagonistas do discurso, mas também suas condições de produção e demais potencialidades que envolveram o processo enunciativo.

Maingueneau (*op.cit.*: 113) enfatiza que é necessário definir uma formação discursiva a partir de seu interdiscurso, de sua memória discursiva, e não o contrário:

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos.

É este aspecto do interdiscurso, só para citar um, que confere à formação discursiva uma delimitação tão fugidia e de difícil apreensão. O que não permite que ela se mantenha estanque e estável, redimensionando-se, reconfigurando-se. Mas não apenas. A presença do

outro no discurso (conforme Authier-Revuz, 1990), a heterogeneidade, atua também como elemento de construção da própria identidade discursiva. Assim, se a formação discursiva é o lugar do sentido e se ela se configura no dispositivo das condições para enunciar e do já-enunciado, as diversas formações discursivas colaterais vão contribuir também de alguma forma para tornar mais claras as linhas de leitura de um contexto maior. Em outras palavras e trazendo para o nosso ponto de estudo, dentro do discurso da transição, diversas formações discursivas vão se relacionar, interagir para compor este todo. Nesta dissertação, queremos destacar três aspectos em particular: o que aponta uma formação discursiva da transição como *permanência*, o que indica a como *ruptura*, e o que sinaliza transição como *mudança*. Entretanto, antes de mergulhar nestes estratos, é preciso revisitar algumas noções.

2.4 Ideologia e sentido, história e discurso

Para este nosso estudo e a exemplo daqueles que seguem uma perspectiva discursiva do estudo da língua, o discurso deve ser entendido como uma das instâncias concretas da relação linguagem-pensamento-mundo, e a Teoria do Discurso (por muitos vista como uma Semântica Discursiva) se concentra na determinação histórica dos processos de significação. Como enfatiza Orlandi (1996, p. 29), o analista do discurso não faz como o conteudista, que parte da exterioridade para o texto, “ao contrário, procuramos conhecer esta exterioridade pela maneira como os sentidos se trabalham no texto, em sua discursividade”. Como não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia, cumpre aqui redefinir ideologia nos moldes de Orlandi (*op.cit.*:31):

A ideologia, por sua vez, é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação mas função da relação necessária entre a linguagem e o mundo. (...) Há uma contradição entre mundo e linguagem e a ideologia é trabalho desta contradição. Daí a necessidade de distinguirmos entre a forma abstrata (com sua transparência e o efeito de literalidade) e a forma material, que é histórica (com sua opacidade e seus equívocos).

Diante disso, Orlandi aponta para a ideologia enquanto apagamento, para o sujeito, de seu movimento de interpretação, na ilusão de preencher os enunciados com sentido. Entretanto, este processo de engendramento dos sentidos não é transparente, direto, para o

sujeito. “É através de um processo imaginário que o sentido se produz no sujeito na relação que interliga linguagem/pensamento/mundo. A interpretação, assim como a ideologia, é igualmente necessária” (*ibidem*:133). Para Pêcheux (1983, pp.54-5), há um problema para o analista do discurso na determinação do lugar e do momento da interpretação ao mesmo tempo em que está imerso no processo de descrição lingüística. Para Pêcheux, a descrição de um enunciado ou de uma seqüência deles “coloca necessariamente em jogo (...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência”.

Frente àquilo que Foucault (1969) designou como arquivo - “sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos e coisas” -, Orlandi (1996, p. 132) propõe que a noção possa ser vista assim:

a memória inscreve o discurso em filiações e o sentido que as representa está sempre sujeito a deslocamento. As diferentes versões são efeitos das relações de sentido (relação de um discurso com outros), das relações de força (relação de um discurso com o ‘lugar’ de que é falado). Nesta perspectiva, como vemos, o equívoco é fato estrutural implicado pela ordem do simbólico (132)

Sobre a determinação do sentido, Benveniste, em sua clássica conferência no congresso de filósofos de 1966 em Genebra - “A forma e o sentido na linguagem” -, afirmava que o sentido (*meaning*) da frase difere do das palavras que a formam. Tudo depende da articulação semântica entre os elementos para uma “totalidade da idéia percebida por uma compreensão global” (1989, pp. 231-2). Assim, o todo é mais do que a simples soma das partes, e o sentido que dele se obtém não é direto, sem desvios e unívoco. Incidem no processo de constituição do sentido as condições de produção do discurso, a memória discursiva, o caráter ideológico nas formações discursivas¹¹.

Apesar da preocupação com o sentido-todo, deixando de lado o sentido-parte e fixando-se nas operações de relação/inter-relação das unidades semânticas, o analista do discurso não pode também esquecer que o discurso é algo descontínuo, secante a outras seqüências¹², o discurso se coloca como um jogo de escritura, de leitura e de troca, conforme Foucault (1971). Um jogo em que o analista do discurso “não revela a universalidade de um sentido”, mas indica “o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação”(70).

¹¹ Pêcheux (1975, p. 160) sugere isto de forma mais categórica: “... as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.”

Porque o sistema sintático da língua é passível de jogo, porque não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, e porque os sentidos se deslocam, é que vai se articulando uma interface possível para um trabalho de arquivo, nos moldes foucaultianos. A porta de entrada é esta relação discursividade-materialidade lingüística, que no trabalho concreto de análise vai sublinhar a ocorrência dos funcionamentos constituintes do processo discursivo – sistema de relações de substituição, sinonímia e parafrasagem, entre outros (Pêcheux, 1975). Em nosso caso específico, o que se quer é analisar aquilo que pode ser considerado o discurso da *transição democrática* no Brasil, revelando os funcionamentos discursivos que ajudaram a compor o acontecimento discursivo da passagem dos militares aos civis na presidência da república. Como esta prática, constantemente, tangencia o percurso histórico descrito nos documentos da época, a relação da importância do fato para a História se coloca mais uma vez em pauta. Mas como todo evento pede, suscita, interpretação – como bem lembra Henry (1994) –, a História vai se colocar aqui justamente como este “fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso”. Então, emerge o discurso como processo de produção de sentidos, como agência de fomento às significações.

A prática do analista do discurso, deliberadamente um trabalho de arquivo, vai ter como núcleo a investigação das positivities enunciativas, a observação dos estratos das seqüências discursivas. É nisto que se fundam a Análise do Discurso de Michel Pêcheux e a Arqueologia de Michel Foucault¹³: não interessa a origem dos discursos, mas sua constituição, seus pontos de deriva para outras seqüências, seus cruzamentos e as trilhas com o interdiscurso. Interessa o nível de formulação dos enunciados – como bem apontou Courtine em seu trabalho de 1981, sobre “Alguns problemas teóricos e metodológicos em AD, a propósito do discurso comunista aos cristãos” –, interessa a elaboratividade na materialidade discursiva¹⁴. Importa mostrar como *funciona* a linguagem, que mecanismos são próprios de determinada formação discursiva, de que maneira se operam os processos de substituição de palavras e os de constituição de sentido.

¹² Conforme Pêcheux (1983, p. 53): “Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso.”

¹³ Apesar de Courtine expor divergências entre os dois projetos: “isto significa que se acha na problemática de Foucault muito mais uma prática teórica exemplar da construção do conceito de FD, que uma bateria de noções imediatamente aplicáveis à AD: reler Foucault não é ‘aplicá-lo’ à AD, é fazer trabalhar esta perspectiva no interior da AD” (1981, pp. 39-40)

¹⁴ Longe formalmente da vertente da AD, o lingüista italiano Ferruccio Rossi-Landi também frisa a elaboratividade como um tópico imprescindível no estudo das línguas: “Torna-se necessário, ao contrário, considerar a língua também como material, isto é, como objeto *sobre* o qual se exercem novas elaborações” (1985, p. 81). Entretanto, sua preocupação vai na direção da elaboração de uma teoria marxista da produção e da alienação lingüísticas, a fim de salientar o trabalho humano lingüístico.

Estes funcionamentos são a base da discursividade e desenham uma espécie de fisionomia para o discurso – nos termos de Orlandi (1987) -, evidentemente, isto não se limita a um modelo, uma máscara para o discurso, mas se constitui numa atividade estruturante de um dado discurso, para um certo falante numa relação determinada com um interlocutor e em condições específicas. Entre estas condições, estão as que estabelecem a identidade do sujeito do discurso e as que, por contraste, determinam a identidade do interlocutor.

2.5 Subjetividade, linguagem e discurso

Mesmo que estejam suficientemente compreendidos os conceitos de formação discursiva, de ideologia e de sentido no âmbito dos estudos da dimensão discursiva, cabe aqui ainda tentar apontar alguns pontos da trama que se tece entre o sujeito do discurso e seu interlocutor. Essa determinação é necessária levando-se em conta que a instauração do discurso não se limita apenas ao engendramento de sentidos nem tão-somente ao constante ressignificar do mundo e da realidade. Quando se coloca na ordem do discurso, o falante converte-se em sujeito, posiciona-se, constitui sua ilusão de identidade, constrói sua territorialidade de definição própria – mesmo que isso seja decorrência de uma alteridade constitutiva. Dentro da ordem do discurso, o emaranhado das vozes, a polifonia, apontam para estas diferenças e constituições.

Authier-Revuz, em seu trabalho sobre as heterogeneidades enunciativas (1990), contribui com a reflexão aprofundando a discussão sobre a alteridade no discurso, as formas como se apresenta esta heterogeneidade: mostrada ou constitutiva. A heterogeneidade mostrada é aquela em que as formas do discurso-outro se marcam, se inscrevem na concretude do discurso observado. Assim, este outro pode ser identificado nas seqüências discursivas pelas formas do discurso direto, pelas aspas, itálicos, ironias, retoques ou glosas, entre outros. Na heterogeneidade mostrada, conforme explicita o próprio nome, aquilo que é exterior ao eu do discurso se apresenta assinalando suas passagem pelos enunciados. Para Authier-Revuz, seguindo o dialogismo bakhtiniano – onde os discursos são produtos de interdiscursos - e a teoria freudiana da psicanálise (via Lacan), “toda fala é determinada de fora da vontade do sujeito e este ‘é mais falado do que fala’”. Como tal raciocínio está ancorado no exterior da teorização unicamente lingüística, a autora frisa ser “inadequado” os lingüistas não explicitarem esta relação da língua com o exterior. Afinal,

quaisquer que sejam as precauções tomadas para delimitar um campo autonomamente lingüístico, num domínio como o da enunciação, o exterior inevitavelmente retorna explicitamente ao interior da descrição e isto sob a forma 'natural' de reprodução, na análise, das evidências vivenciadas pelos sujeitos falantes quanto a sua atividade de linguagem. (25)

Para definir heterogeneidade constitutiva, Authier-Revuz reforça o exercício de desmitificação do eu centrado, empreendido primeiro por Freud. Nesta esteira, não há centro para o sujeito a não ser na ilusão de que o sujeito é único e dentro dos fantasmas do eu. Não existe o sujeito cartesiano, aglutinador da extensão de corpo e mente; nem tampouco existe o eu como elemento clássico que delimita o exterior que envolve a consciência do falante. O outro existe e está mais presente dentro da constituição do sujeito do que normalmente se consegue admitir. Assim, o sujeito unívoco e centrado é deslocado, dando lugar para um espectro fragmentado, clivado, multifacetado, preenchido por variáveis. O sujeito-outro é constitutivo deste processo porque interfere na fala, na compreensão, no pensamento, na representação do mundo e das coisas. Assim, o discurso do eu não está livre dos vetores de fora, das flechas do sujeito-outro. Não se trata de invasão, de embate, mas é próprio da constituição da subjetividade, das unidades dispersivas de fala. Eis aí o que Authier-Revuz chamou de heterogeneidade constitutiva, a presença do exterior como elemento constituinte do eu, do sujeito, dos discursos, das instâncias enunciativas.

A vertente discursiva de estudos da linguagem – em particular a AD - encontra essa fragmentação subjetiva na demarcação das heterogeneidades mostrada e constitutiva, que “representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição de um discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição” (*ibidem*: 32). Estas duas ordens representadas pelas heterogeneidades não são redutíveis, mas por serem solidárias, são articuláveis e operam em conjunto.

Se um determinado falante articula um discurso, ele o faz segundo dadas condições de produção discursiva, conforme sua posição de fala, submetido à posição de seu interlocutor, ao momento histórico, à incidência das formações ideológicas e assim por diante. O discurso-resultado é um discurso com a indelével presença do outro. Aí o porquê da heterogeneidade ter também seu caráter constitutivo.

Portanto, embora a heterogeneidade mostrada possa ser verificada na forma de discurso relatado, citações ou afins, ela também é uma representação igualmente constitutiva:

Além do 'eu' que se coloca como sujeito do seu discurso, 'por esse ato individual de apropriação que introduz aquele que fala em sua fala', as formas marcadas da heterogeneidade marcada reforçam, confirmam, asseguram esse 'eu' por uma especificação de identidade, dando corpo ao discurso - pela forma, pelo contorno, pelas bordas, pelos limites que elas traçam - e dando forma ao sujeito enunciador - pela posição e atividade metalingüística que encenam." (33)

É claro que se em determinada análise for considerado o eu como o elemento uno, centrado, sujeito-origem, será bastante coerente admitir que ele seja fonte intencional do que diz, das palavras que emprega e que se possa pensar na língua como transparência de sentidos. Entretanto, se optarmos por considerar o sujeito-efeito, dividido em seu interior, efeito de linguagem, na forma de uma não-coincidência consigo mesmo, não teremos facilidade em absorver a língua como transparência, ligação direta entre o eu e o mundo, sem mediações. "Nesse caso, impõe-se a necessidade de repensar (...) o estatuto dos fatos, observáveis, de auto-representação", adverte Authier-Revuz (1998, p.187).

Por esta razão é que a autora enfatiza que a "a linha de fratura fundamental que separa, de um lado, o sujeito-origem (...) e, de outro, o sujeito-efeito (...) é aqui crucial, porque ela coloca fundamentalmente a questão da representabilidade, para um enunciador, de sua enunciação e do sentido que nela se produz" (*ibidem*:185). As não-coincidências do dizer, a fixação determinada de sentidos, a não-obviedade das palavras, as modalizações, a dobradura das palavras sobre si mesmas - na tentativa do cercamento dos sentidos -, já tão trabalhados por Authier-Revuz, apontam para as formas que a heterogeneidade assume na ordem do discurso.

Em nosso caso presente, a observação das aparições das alteridades - nas suas presenças mostrada e constitutiva - é imprescindível para a composição de um dispositivo de leitura discursiva **transição democrática brasileira**. A pluralidade dos sujeitos, sua clivagem e seus deslocamentos, a interpenetração dessas alteridades, e os funcionamentos que movimentam esta máquina discursiva da transição não estão desatrelados do preenchimento das posições pelos falantes e de sentidos nas palavras. Subjetividade, linguagem e discurso entrecruzam-se nos processos de constituição da transição como discurso, no engendramento dos sentidos e dos entendimentos com a formação discursiva da transitoriedade. Daí a razão irrecusável de contemplar teoricamente noções mais complexas de sujeito e de territorialização identitária.

2.6 Poder, relações de poder e transição

Até este ponto de nosso percurso, observamos aspectos de base e, portanto, obrigatórios em um estudo discursivo: salientamos a incidência das condições históricas no discurso e de como os sentidos surgem a partir daí, demarcamos a formação discursiva como o lugar do sentido, unimos algumas das pontas da trama entre ideologia e sentido, história e discurso, e permitimos emergir a relação sujeito do discurso-sujeito outro nos enunciados, denunciando as formas da heterogeneidade enunciativa. Forçando a vista sobre nosso objeto de investigação, admitimos a *transição democrática brasileira* como um discurso para além da mera periodização histórica ou processo de estabelecimento de uma nova ordem no país.

Entretanto, para estudarmos as práticas discursivas que compuseram à sua forma o discurso da transição, é preciso ainda adotar uma determinada postura de considerar os movimentos políticos que permeiam as falas dos protagonistas dos discursos. Já se disse aqui que não há discurso sem sujeito e nem há sujeito sem ideologia; já se disse também que o que mais nos interessa são os funcionamentos discursivos – os mecanismos por meio dos quais a linguagem se opera, funciona, se articula; mas como nosso objeto de estudo são discursos políticos, não se pode deixar de buscar uma filiação teórica que nos permita falar do poder de forma articulada com a dimensão estritamente lingüístico-discursiva.

Assim, como vamos tratar do discurso pelos funcionamentos que o compõem, vamos também encarar o poder, não pelas instituições ou pelas personalidades que as encarnam, mas pelas próprias relações estabelecidas com/pelo poder. Seguimos as trilhas de Foucault (1976, p.88), para quem o poder não é o “conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado”, nem o “modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra”, nem tampouco o poder é “um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro”.

Para Foucault, é preciso entender o poder a partir da “multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização”, a partir de onde, podem ser observados os pontos de cruzamento, de oposição, o jogo das forças do sistema, os vetores de convergência e divergência; os efeitos, os mutualismos, os conflitos, as conciliações, “enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais” (*op.cit.*). Não se deve ver o poder a partir de um ponto central de sua emanção, mas sim de

forma inversa: o jogo e as contradições das forças é que vai permitir estados de poder – instáveis, é verdade, mas sinalizando o poder em todas as partes. De cima, de baixo, vindo das diagonais, das transversais. O poder com “P” maiúsculo – exercido pelo Estado, pela Igreja, pela Polícia, pelo pai, pelo patrão -, a exemplo dos outros poderes, é efeito de conjunto, equilibrado nos outros sistemas de correlação de força móveis e instáveis.

Visto desta forma, o poder deixa de ser uma instituição ou uma estrutura; abandona também a possibilidade de ser uma potência, um dom exercido, uma faculdade acionada: é mais uma situação estratégica dentro de um complexo de relações de força. Dessa forma, é preciso estudar o poder “não a partir dos termos primitivos da relação, mas a partir da própria relação” (conforme Foucault, 1994, p.71). Esquerda, direita, centro são só posições, e móveis. Os movimentos políticos, as alianças, as traições são só deslocamentos semelhantes aos das casas num tabuleiro de xadrez. Os discursos inflamados, as ações burocráticas, as coalizões e enfrentamentos são efeitos. Balandier (1982, p.6) já dizia que “todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos”.

Esta analítica foucaultiana do poder abandona, como já se pôde perceber, a visão tradicional do poder, apoiando-se em pelo menos três aspectos, enumera Maia (1995): a não-centralização do poder; o seu aspecto multiplicatório, já que se fala em relações de poder; e a incidência plural dos feixes de forças que atravessam o corpo social. Por último, o autor sinaliza que, dentro do sistema das correlações, como há poderes, também há espaço para resistências, contra-poderes.

E é através destes pólos – e é preciso que se frise, este não é um ambiente bipolar -, que se vai articular a analítica foucaultiana do poder. E é o próprio autor quem faz a proposta:

Gostaria de sugerir uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder (...) Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. (...) Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. Por exemplo, para descobrir o que significa, na nossa sociedade, a sanidade, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo da insanidade, e o que se compreende o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações. (1995, p.234)

Note-se que é a maneira de observar *como* os poderes se fazem, e não mais *o que* são ou *de onde* vêm ou ainda *para onde* vão. É uma nova ótica sobre o objeto, uma perspectiva a partilhar nas análises que faremos dos enunciados da transição. Vamos apreender *como* os

discursos se relacionam, *como* constróem sentidos e realidades, sob que funcionamentos se operam, quais as maquinarias discursivas disponibilizadas. Vamos confrontar as posições de fala, os discursos dos diversos protagonistas para estudar de que forma se deu a *transição democrática* no Brasil: se como ruptura, se como mudança, se como permanência.

Balandier (*op.cit.*:66) lembra que o investimento mítico é uma necessidade política que os protagonistas não podem simplesmente ignorar, sendo o tema da mudança um dos mais utilizados devido a sua grande capacidade de geração de imagens decisivas nas estratégias de poder. Inexoravelmente, uma transição traz em si o tema da mudança, seja qual for o grau de modificações desejáveis de implementação.

Rezende (1996) insiste na determinação do que chamou de “ideologia da transição”, conjunto de efeitos criado para dominação política na condução das mudanças que a situação histórica exigia. As mudanças aconteceram na *transição democrática brasileira*, aquiesce a autora, mas as posições de poder foram mantidas a todo custo:

A distensão e a abertura revelavam a impossibilidade de manter as bases de poder absolutamente inalteradas, e isto tanto no que dizia respeito aos setores dominantes que se afogavam em impasses e dissentimentos quanto aos setores que ao pressionarem contra o modelo político-econômico, acabavam por agravar esses impasses e a própria crise política. A saída era efetuar algumas inovações e as articulações dos componentes do bloco de poder caminharam sempre no sentido de impossibilitar que fossem logradas efetivas modificações na ordem sócio-econômico-política vigente. (205)

Nos termos de Fleischer (1988, p.13), foi uma ‘transição via transação’. Perspectiva pela qual, Figueiredo (1993, p.48) se acentua, afirmando ser “prudente argumentar que a nossa *transição* foi a mais *transada* das *transições transadas*”. Em casos prolongados de distensão política, a possibilidade de que as “mudanças sejam atenuadas e algum tipo de conciliação emerja é incomparavelmente maior”. Na história nacional, o consenso tem origem nos primeiros contatos entre conquistadores e nativos, lembra Rodrigues (1965), vindo do encontro entre terrorismo e amansamento e “das transigências aos antagonismos coloniais”.

A conciliação seria o ‘olvido de tôdas as desavenças e pesares’, uma trégua, uma política neutra, isenta de paixão, que restabelecesse a normalidade do regime constitucional pelo concurso de todos os que compreendessem que “acima da causa dos partidos estava a causa do Brasil” (55)

Para Rodrigues, dentro do percurso histórico do povo brasileiro os processos sanguinários e os pacíficos se alternaram na evolução dos acontecimentos, o que nos impele reforçar a correspondência de revoluções a desenvolvimentos sangrentos e de reformas a processos mais moderados. Mas a despeito da dicotomia, Rodrigues conclui:

Quem conhece a História do Brasil (...) sabe que sempre se pleiteou pelas reformas e nunca as lideranças fizeram senão pequenas e moderadíssimas concessões. A política de conciliação, de transação, teve como principal objetivo aplinar mais as divergências dos grupos dominantes que conceder benefícios ao povo. (103)

Sem dúvida, a sucessão do presidente João Figueiredo se deu de forma “errática e polarizada”, como consideram Góes & Camargo (1984). Se de um lado, observam que “a conciliação acomoda conflitos, mas incorpora e retarda também contradições não resolvidas” (p.40), de outro, os autores apontam que “do ponto de vista de seus compromissos explícitos, ou de seu discurso, Tancredo Neves e Paulo Maluf não apresentam distinções notáveis” (p.201). Vamos ver isso mais profundamente.

Não é nem na sociologia nem no detalhamento histórico que vamos buscar sair desta encruzilhada – e esta metáfora cabe-nos muito bem para esta transição -, mas sim no entrecruzamento dos discursos, na observação de suas formas de operatividade, denunciando quando se dá a transição como ruptura, como mudança ou como permanência.

Capítulo 3

Funcionamentos discursivos e posições de sujeito na transição

“Não há espessura histórica no Brasil. Há uma diluição desestórica, feita por golpes e contragolpes militares, direta e indiretamente ligados a interesses imperialistas e levando a reboque a burguesia nacional. A esquerda populista sempre termina assinando pactos com a direita arrependida, para recomeçar, uma vez mais, a ‘redemocratização’”
(Glauber Rocha)

Ruptura, mudança e permanência são alguns dos aspectos sob os quais se quer analisar a *transição democrática brasileira* dentro da perspectiva discursiva. Mas para se chegar a traços que apontem para conclusões mais discerníveis, é necessário descrevermos os funcionamentos discursivos e as posições de sujeito que compõem e caracterizam aquilo que vimos chamando de discurso da transição.

Os funcionamentos discursivos demonstram como a língua se opera nos fragmentos elencados neste trabalho, apontando para a materialidade que caracteriza a maquinaria discursiva. Assim, os funcionamentos indicam pistas que nos permitirão arriscar um perfil, um mapa do discurso da transição, com suas constituições, limitações, estratégias, enfim, sua maneira de ser e de funcionar. Desta cartografia, constam também as diversas posições-sujeito, que podem ser assemelhadas a lacunas a ser preenchidas pelos protagonistas do discurso. Certos funcionamentos operantes na fala de um dado indivíduo possibilitam que ele ocupe determinadas posições de sujeito na esteira discursiva.

Optamos, no entanto, por partir dos funcionamentos – já diagnosticados em estudos precedentes – e marcá-los com os exemplos colhidos, reforçando sua identidade e ocorrência no arquivo. Desta forma, tendo estes funcionamentos discursivos listados, obtemos a marcação uma certa operatividade na superfície lingüística, indicando, por exemplo, tendências de opacidade no discurso (é o caso da ilusão de exterioridade, da indeterminação de sujeitos, da não-coincidência de termos e dos silenciamentos apontados). Ou ainda, os

funcionamentos podem assinalar como os sentidos são fixados, cercados e definidos em dadas direções, como por meio da nominalização restritiva.

Na demarcação das relações que os sujeitos estabelecem consigo próprios – na determinação de suas identidades – e com suas alteridades, podem ser citados funcionamentos como a clivagem/deslocamento dos sujeitos, como o uso do “nós” inclusivo, ou as diversas formas que denunciem a heterogeneidade enunciativa.

Enfim, o discurso da transição se constitui enquanto tal porque uma grande quantidade de funcionamentos se operam na sua série de enunciados, permitindo a emergência de outros ditos, de sentidos adormecidos e possibilitando a nitidez de construções significantes até então embaçadas pelo silêncio e por outros processos do não-dizer.

Para promover este apagamento do dizer – seja para gerar a ambigüidade ou ainda para afirmar pelo silenciamento –, os discursos e os sujeitos submetem-se à operatividade dos funcionamentos que, isolados ou articulados a outros funcionamentos, fixam sentidos, realidades, fatos. Embora se reconheça a importância do assinalamento dos funcionamentos discursivos, o que efetivamente nos interessa neste estudo é mostrar como se opera o discurso da transição. O funcionamento é um vetor, um sintoma de um conjunto mais complexo. A identificação dos funcionamentos incidentes é só uma etapa precedente, já que nosso objetivo é salientar *o que* estes funcionamentos deflagram no discurso.

3.1 A ilusão de estar fora da transição

Ao contrário do discurso dos presidentes-militares, o discurso da transição estabelece uma relação bastante intensa com a exterioridade, com o sujeito-outro. Desta vez, as citações daquilo que está além dos limites territoriais do EU se fazem com frequência e facilidade, mas um funcionamento discursivo da transição se utiliza da exterioridade de uma maneira peculiar, operando com ela ilusões, miragens, vultos.

Zoppi-Fontana (1997, p.131) caracterizou esta *ilusão de exterioridade* como uma manobra de desvio, de mascaramento das condições em que o sujeito está inserido, provocando no interlocutor/leitor o efeito de desarticulação do sujeito do discurso em relação a uma certa condição. O sujeito do discurso, então, se coloca numa posição de fala imparcial, de visão mais ampla e, muitas vezes, como testemunha do acontecimento discursivo. Em alguns casos, esta ilusão é operada para o estabelecimento de novas territorializações, de

novas identidades na superfície discursiva, fazendo com que o sujeito se coloque alheio a uma situação, estado ou cena.

Avaliando o discurso da transição democrática argentina, com o presidente Raúl Alfonsín, Zoppi-Fontana aponta que a ilusão de exterioridade “afeta diretamente o valor referencial do Nós como forma de representação do sujeito”. Apesar de no similar brasileiro a relação político-população não ser tão mediada quanto no caso argentino, a ilusão de exterioridade enquanto funcionamento discursivo também funciona aqui, conforme identificamos na *transição democrática*.

Para tanto, vamos observar alguns fragmentos como exemplos desta operatividade:

FIG(4) “Sou pelas eleições diretas, acho que devem ser diretas, mas no momento não vejo possibilidade. O meu partido não ia se conformar; eu me conformo, mas o meu partido, não.”

(A Marco Maciel em 16 de novembro de 1983)

No trecho acima, há uma não-coincidência entre as posições do sujeito do discurso (aquele que fala) e do sujeito referido no discurso (aquele que é falado), frente a realização de eleições diretas. De um lado se tem a aceitação das diretas (“eu me conformo”), e de outro, a não-aceitação (“o meu partido não ia se conformar”). A não-coincidência das posições dos sujeitos fica marcada lingüisticamente pela adversativa “mas” - usada mais de uma vez para causar oposição de lugares - e pela não-correferencialidade entre o pronome elíptico da 1ª pessoa do singular (“sou”, “acho”) e “o meu partido”. A distinção nos tempos dos verbos também reforça a não-coincidência de posições na indicação de uma heterogeneidade enunciativa: de um lado, a forma do pretérito imperfeito valendo como um futuro do pretérito (“não ia se conformar”) contrasta com o presente do indicativo (“conformo”).

A marcação da diferença nas posições ocupadas pelos sujeitos permite o funcionamento da ilusão de exterioridade que se opera deslocando o sujeito do discurso para fora da instância de fala do seu partido político. Assim, o sujeito do discurso, mesmo pertencendo ao PDS e ao governo, mostra-se favorável às eleições diretas. Há uma clivagem entre o sujeito que fala de fora e o que fala de dentro do partido.

No entanto, apesar da heterogeneidade assinalada, diagnosticamos a ilusão de exterioridade em uma espécie de deslize¹⁵ do sujeito do discurso, que acaba se contradizendo no final do fragmento, permitindo a emergência de uma instabilidade em sua posição de fala.

Assim, dizer “eu me conformo...” não é a enunciação própria de quem está a favor das diretas, o que estaria revelando a divisão de um dizer e o efeito discursivo daí decorrente.

Com a adversativa “mas”, o sujeito do discurso demarca a distância entre a sua aceitação das diretas e a sua efetiva ocorrência destas eleições: “mas no momento não vejo possibilidade” diz, preparando a justificativa da desaprovação do seu partido. A ilusão de exterioridade se opera nesta distinção das posições que o sujeito do discurso pode ocupar e na sinalização de um espaço exterior a elas, chamando a atenção para um descolamento dos pontos coincidentes. Ao mesmo tempo em que se frisa o descolamento, força-se também um deslocamento do sujeito na esteira discursiva, fazendo-o preencher novas instâncias de fala.

No exemplo FIG (4), a não-aceitação das diretas pelo partido é a justificativa para não o evento não se colocar como possível. Cabe aqui um exemplo de ilusão de exterioridade no discurso da transição, quando o funcionamento não assume uma tonalidade institucional, em que o partido, o grupo ou a tendência política são os anteparos das ações e das palavras dos sujeitos dos discursos:

FIG(11) “Não vai haver prorrogação, e eu não tenho um quinto nome. Não sou mágico para tirar um santo do bolso. Temos é que encontrar fórmulas para unir o PDS. Não vou cruzar os braços, mas também não vou impor nada.”

(Comentando a suposta prorrogação de seu mandato – Veja, 13 de junho/1984)

A ilusão de exterioridade funciona neste trecho por meio de uma série de marcações lingüísticas e de operatividades discursivas bem visíveis. O emprego do verbo *haver* na sua forma impessoal provoca no enunciado a ilusão de que existe uma exterioridade do que foi dito pelo sujeito, como se os dizeres não lhe fossem pertencentes. Como se a determinação não viesse do presidente, como se lhe fosse exterior, não-pessoal (im-pessoal). No entanto, a ilusão se desfaz por dois mecanismos: o uso de “prorrogação” - termo que vincula o sujeito do discurso ao fragmento, já que o assunto lhe é diretamente ligado e que o enunciador, na condição de presidente, é participante/agente da situação; e segundo, com a ligação das orações do período por meio da conjunção aditiva “e”, que assume valor semântico de um *também*. Assim, ao usar “prorrogação”, o sujeito traz de volta para si a fala, retoma o dizer, a impessoalidade se dissolve. E depois, com a reiteração imediatamente seguida de que não tinha um quinto nome, é reforçada a posição de fala do sujeito, o que permite a emergência de

¹⁵ Este deslize, na verdade, é um outro funcionamento discursivo, do qual falaremos adiante: a denegação discursiva.

sua instância de enunciação. O emprego da conjunção “e” ajuda a engendrar uma sintaxe que torna o período um conjunto de ações articuladas, em que o sujeito do discurso foi o responsável.

A exterioridade construída no começo do fragmento pela impessoalidade se desvanece mais à frente ainda quando o sujeito do discurso se desloca para outra posição, mais coletiva (“temos”) na tentativa de aglutinar forças para unir o seu partido. Na seqüência, o sujeito do discurso se desloca mais uma vez, deslizando do ponto de fala coletivo para a 1ª pessoa do singular (“vou”), retomando a instância de discurso unitária do presidente.

A construção de um discurso da transição não se sustenta apenas na maquinaria discursiva do presidente João Baptista Figueiredo, que tenta conduzir o processo de sua sucessão. Outros atores que encenam a transição também fazem operar os funcionamentos discursivos constituintes da transitoriedade. A ilusão de exterioridade também emerge das falas dos dissidentes do PDS, que vão formar a Frente Liberal, como veremos:

LIB(4) “Nunca fui infiel aos ideais revolucionários. Mas posso discordar do processo revolucionário, o que é diferente.”

(Aureliano Chaves sobre a ruptura com o PDS – Veja, 11 de julho de 1984)

Desta vez, o sujeito do discurso marca a não-coincidência entre um Eu “infiel aos ideais revolucionários” de um EU que discorda deles. Esta diferença de posições se apóia sobre a adversativa “mas”, que inicia uma reformulação de um dito. A incisa “o que é diferente”, cujo funcionamento se opera como um glosa metaenunciativa, marca a não-coincidência entre os dois sujeitos (o infiel e o discordante), ao mesmo tempo em que produz duas posições bem distintas de enunciação, que não são recobertas pelo mesmo sujeito.

Ao salientar a diferença que há entre ser infiel e divergir, é reforçada a operatividade da ilusão de exterioridade, deslocando-se para um ponto distante da infidelidade imputada. A *infidelidade* é negada como condição do sujeito do discurso que discorda do processo. A adversativa “mas” descola um possível paralelismo entre quem é infiel e quem discorda, enquanto que as expressões “ideais revolucionários” e “processo revolucionário” são contrapostas, apontando mais uma vez a não-coincidência das posições. Jogando com a distinção, o funcionamento da ilusão de exterioridade lança elementos para fora do terreno da infidelidade através da produção de não-coincidências. Assim, o sujeito, que já rompeu com o partido governista e assume a formação de um bloco dissidente, permite-se negar a infidelidade ao golpe de 1964, posicionando-se agora apenas como discordante do processo.

Mas a ilusão de exterioridade opera também para marcar o funcionamento, muitas vezes, enviesado da constituição dos dizeres. No enunciado abaixo, temos um exemplo de como isso pode se dar:

LIB(6) “Já está provado que o povo não aceita o nome de Maluf. E o importante, hoje, é que nove governadores de Estado, todos eleitos pelo voto popular e direto, não apóiam essa candidatura. Como são eles os pilares do partido, não há condição para a candidatura Maluf ser viabilizada.”
(Antonio Carlos Magalhães referindo-se ao nome do deputado paulista – Veja, 27 de junho de 1984)

As manobras discursivas que caracterizam a ilusão de exterioridade em LIB (6), para além da sua convencional operatividade, vão se marcar no desvio que tenta fixar que o veto à candidatura de Paulo Maluf não se dá pelo sujeito do discurso (aquele que fala), mas por outras instâncias mais legítimas de uma recusa como esta. Em outras palavras, tudo converge para que o sujeito do discurso diga *não sou eu quem não aceita o candidato, são outras pessoas que vetam*.

O enunciado traz a operatividade do que Zoppi-Fontana (1997) denominou *retórica do povo em ato*, ou seja, uma evocação da participação popular nas ações descritas no discurso. O trecho começa num tom impessoal, cujo sujeito indeterminado se marca pela forma “já está provado que...”. É neste ponto que o “povo” é lançado para dentro do discurso, assumindo a recusa do candidato, não-aceitação que é reforçada (“o importante hoje”) pelos governadores “todos eleitos pelo voto popular e direto”.

Invocando a participação popular, as autoridades regionais – mas que têm a ligação direta com o eleitorado através do voto -, o sujeito do discurso se coloca – ou aparenta ficar – de fora do circuito do dizer, do negar apoio ao candidato. É importante observar a gradação: primeiro, o sujeito fala da posição do porta-voz popular, depois do lugar dos governadores e por fim de uma instância impessoal, mais partidária (“pilares do partido”). O deslocamento do lugar de onde se fala é também um funcionamento discursivo operado pelo enunciador para a negação da candidatura de Maluf. O reforço da manobra discursiva acontece na argumentação que atribui aos protagonistas do discurso posições democráticas, legitimadoras para o veto. A ilusão de exterioridade incide na desvinculação do enunciado daquele que o está enunciando, como se dissesse: não sou eu quem está vetando, são eles.

A determinação do veto à candidatura se dá pelos sujeitos referidos no discurso: o povo e os governadores não aceitam o nome de Maluf. O sujeito do discurso – aquele que fala

– se coloca de fora da questão, através da operatividade da ilusão de exterioridade. O Eu do sujeito do discurso não-coincide com o da não-aceitação. Rearticulando e reformulando as frases no enunciado, temos que “não há condição para a candidatura Maluf ser viabilizada” porque “o povo”, “nove governadores”, “os pilares do partido” não “aceitam o nome de Maluf”.

É preciso não esquecer também a gradação ascendente na argumentação do sujeito do discurso: o povo recusa o candidato, “e o mais importante, hoje, é que nove governadores” também. Como eles são “os pilares do partido”, a candidatura fica inviável. Note-se a operatividade da *retórica do povo em ato*, que lança mão do povo como se ele de fato participasse de uma ação política concreta, quando no caso, serve apenas como um elemento – e não o mais importante – para o convencimento e reforço do raciocínio.

No fragmento abaixo, a ilusão de exterioridade funciona na clivagem do Eu:

LIB(2) “Tudo o que a Frente sabe por enquanto é que saiu para uma batalha. O certo é que, daqui para a frente, não vejo perspectiva de composição com qualquer candidatura do PDS - exatamente por não crer que ela possa estar em sintonia com a vontade da nação.” (Aureliano Chaves sobre o destino da Frente Liberal - Veja: 11.07, p.23)

A clivagem que se opera no sujeito em LIB (2) é a que aponta a “Frente” Liberal como o lado exterior do sujeito. Do lado de dentro, o sujeito do discurso se vê marcado pelo pronome da 1ª pessoa do singular (“vejo”). A fragmentação do sujeito e sua conseqüente clivagem em duas instâncias distintas de fala propiciam que se possa considerar vozes diferentes num mesmo corpo. No entanto, se o funcionamento caracteriza um desvio, um descolamento no sujeito, a ilusão de exterioridade se desmancha quando o sujeito do discurso passa a se posicionar num lugar coincidente ao da Frente: “a não composição com qualquer candidatura do PDS”. Neste ponto, os lados de fora e de dentro tornam-se paralelos, dissolvendo a diferença entre o sujeito da Frente Liberal e o sujeito político do enunciador.

3.2 Deslocamentos na esteira do discurso

Para além das manobras de desvio e de mascaramento da ilusão de exterioridade, os funcionamentos discursivos operam também como sintomas da indeterminação dos sujeitos e das posições a serem ocupadas, como sintomas da opacidade no discurso e como vetores dos

deslocamentos e clivagens dos sujeitos. O uso do “nós” para a construção de uma identidade coletiva do sujeito ou mesmo como parte da manobra de ilusão de exterioridade também está articulado com os funcionamentos que determinam os deslocamentos do sujeito na esteira discursiva. Nestas situações, acontece o deslizamento do sujeito pela seqüência mudando de posição de fala, alterando o lugar de sua construção como sujeito, imprimindo no discurso outra imagem para o sujeito-outro.

No discurso da transição – como em qualquer discurso político -, os deslocamentos do sujeito marcam as mudanças de vozes, denotando a polifonia, apontam as alterações de posicionamentos políticos, evidenciando que os sentidos são flexíveis e que os sujeitos se mascaram, se travestem, se despem.

O deslocamento do sujeito, que se dá também por meio de clivagens na pretensa unidade subjetiva, é um dos funcionamentos mais freqüentes no arquivo que montamos sobre a *transição democrática brasileira*. Em todas as instâncias enunciativas, estes deslizamentos são identificados com facilidade e em quantidade. Sob esta constatação, poder-se-ia concluir que isso se deve ao tom de ocultamento, de opacidade, de ambigüidade e de incertezas, em que o discurso da transição é pródigo. É como se os falantes operassem seus discursos para não se deixarem ver completamente, para serem vistos em dadas posições, para se mostrarem em certos momentos. É por essa razão, por exemplo, que o deslocamento se vê articulado com a ilusão de exterioridade.

Para romper com o ciclo fantasmático – onde os vultos e ilusões se materializam no discurso por meio dos recursos de ocultamento -, é preciso observar como se comporta o sujeito, que posições na cartografia discursiva ele ocupa e que caminhos trilha durante a fala. Funciona como perceber os movimentos das peças num tabuleiro de xadrez, acompanhar os deslocamentos nas casas, onde cada peça tem limitações e propriedades. Cada funcionamento resulta numa abertura sobre o tabuleiro da ordem do discurso. Tal qual um jogo discursivo.

Cabe aqui citar outros exemplos de como este funcionamento se dá na transição:

MAL(1) “Figueiredo prometeu fazer deste país uma democracia, e toda a sua trajetória de governo confirma isso. Agora, em vez de indicar o nome de sua escolha pessoal para a sucessão, o presidente, depois de ouvir amplos segmentos da sociedade, decidiu fazer seu candidato aquele que vencer a convenção do partido a que pertencemos.”

(Maluf comentando o afastamento de Figueiredo da indicação – Veja, 04 de janeiro de 1984)

Em MAL (1), são alteradas as formas de tratamento do sujeito referido, passando do informal “Figueiredo” para o institucional “presidente”, conversão que contribui para o engendramento de uma ilusão de exterioridade: o sujeito do discurso fica numa posição que lhe permita imparcialidade e distanciamento.

Se a informalidade com “Figueiredo” cria um efeito de proximidade, mais adiante, esta distância é alargada, quando o emprego do termo “presidente”, na posição sintática de sujeito da frase, estabelece os limites (hierárquicos, mesmo) entre ambos. A ilusão de exterioridade engendra um efeito de descolamento entre as instâncias de referência no discurso. Em outras palavras, o enunciador cita intimamente seu objeto para depois tomar o devido distanciamento institucional e observar uma alteração da qual pode ser beneficiado (“decidiu fazer seu candidato aquele que vencer a convenção do partido a que pertencemos”).

O efeito de exterioridade é anulado quando o sujeito do discurso faz uma alusão a algo que comunga com seu objeto (“partido a que pertencemos”), deslocando-se na esteira do discurso. A trajetória pode ser resumida assim: quando o sujeito do discurso nomina informalmente o presidente, ele se posiciona num determinado lugar de fala próximo do poder institucional; em seguida, quando a referência é mais respeitosa, o enunciador estabelece as distâncias e o posicionamento dialógico entre si e o presidente da república; por fim, o enunciador consegue a movimentação da figura do presidente para mais próximo de si, através da sinalização de algo comum entre ambos.

Em meio aos deslizamentos de posição, a figura institucional do presidente sofre um rearranjo quando se afirma que ele pertence (está submetido) a um partido, do qual o enunciador também faz parte.

No enunciado abaixo, mais um exemplo de deslocamentos dos sujeitos:

LIB(7) “Trair a revolução de 1964 e a memória de Castello Branco e Eduardo Gomes é apoiar Maluf para presidente. Trair os propósitos de seriedade e dignidade da vida pública é fazer o jogo de um corrupto, e os arquivos dos órgãos militares estão com as provas de corrupção e improbidade. (...) O presidente da república jurou fazer do país uma democracia. Mas não se faz uma democracia com ameaças inúteis, porque o povo não se intimida. O povo sabe, e os políticos também, que as Forças Armadas querem democracia e preferem o candidato que tenha a maioria desse povo ao seu lado, além da credibilidade indispensável na solução dos graves problemas brasileiros. É preciso coragem moral para não compactuar com a subversão ou a corrupção. Subversão, agora, Brigadeiro, é tentar impedir que se façam valer a voz e a vontade do povo. Os que assim procederem não terão, de fato, o seu nome inscrito no livro da História, no lugar reservado aos verdadeiros democratas que contribuíram para o desenvolvimento do Brasil.” (Antonio Carlos Magalhães em resposta ao discurso do ministro Délio Jardim de Matos, que criticou os dissidentes – 4 de setembro de 1984)

Neste caso, o deslocamento discursivo do sujeito se dá no trânsito entre a instância impessoal de fala e a posição dos que respeitam e honram os propósitos do movimento de 1964. A impessoalidade é marcada por formas infinitivas dos verbos (“trair”, “apoiar”), bem como pela indeterminação do sujeito na frase com o uso da forma passiva (“mas não se faz uma democracia”). A evocação do “presidente”, do “povo”, das “Forças Armadas” e dos “políticos” rearticula a voz do discurso, redefinindo a ligação destes personagens com a democracia. O movimento seguinte é o que coloca o apoio a Maluf na posição oposta à sinalizada por estes elementos, afirmando que os que o apoiarem “não terão, de fato, o seu nome inscrito no livro da História, no lugar reservado aos verdadeiros democratas que contribuíram para o desenvolvimento do Brasil”.

Os deslizamentos freqüentes do sujeito servem também para a reformulação dos espaço de fala e para a constituição das subjetividades na heterogeneidade discursiva, e se ancoram basicamente em elementos da memória discursiva dos sujeitos.

Assim, o enunciador inicia o trecho não sinalizando de que lugar fala, mas já contrapondo Maluf aos ideais que moveram a “revolução de 1964”, à “memória de Castelo Branco e Eduardo Gomes”. O “corrupto” contrasta com os propósitos que regem a vida pública. Na determinação destas discordâncias, o próprio sujeito do discurso se redefine como porta-voz da população, ao passo em que evoca os eleitores - “o povo sabe” - e a seguir, como porta-voz das lideranças políticas - “os políticos também” - na direção de se situar numa posição próxima a das Forças Armadas, que “querem democracia”.

Observados estes movimentos, o enunciador então segue para a construção do sujeito-outro, iniciando pela colocação do interlocutor no discurso - “agora, Brigadeiro” - e ligando a ele as tentativas de impedir a prevalência da “voz e da vontade do povo”. Esta segunda constituição determina a distância entre o sujeito do discurso e seus objetos discursivos e ainda reforça a posição de cada um destes elementos da comparação.

O sujeito do discurso não se coloca tão visível na superfície do enunciado, ele se esquia, se ampara nas posições que preenche com outros elementos. Assim, a impessoalidade da memória do movimento de 1964, o apoio popular, o convívio político e a presença das Forças Armadas são instâncias de enunciação que o sujeito faz emergir para falarem por ele. Como se o sujeito do discurso convocasse esses sujeitos para que eles dissessem o que ele quer pronunciar, mas não o faz. Há uma coincidência de posições implícita aí, que fica mais discernível quando o sujeito do discurso traz para o enunciado o

seu interlocutor (“Brigadeiro”), quando contradiz um dito dele (“subversão, agora, brigadeiro, é tentar impedir que se façam valer a voz e a vontade do povo...”), reafirmando uma posição solidária à democracia.

A trajetória empreendida pelo sujeito do discurso, além do simples desenvolvimento de movimentos na esteira discursiva, marca posições dos sujeitos da cena, delimita suas distâncias e sua polaridade, e constrói uma instância de fala para o próprio sujeito do discurso.

Para além da mera marcação de posicionamentos políticos, nos dois fragmentos a seguir, temos o funcionamento dos deslocamentos de sujeito no discurso na direção de uma construção de posição de fala para a transição. É importante notar a operatividade engendrada pelos liberais no momento em que é formada a composição partidária que vai lançar Tancredo Neves à presidência, como um candidato de oposição:

LIB(8) “A responsabilidade da Frente Liberal, em relação à unidade do PDS, acabou. Nós estamos preocupados, agora, é com a unidade da nação e com formação de um governo de conciliação nacional.”

(José Sarney aos jornalistas após reunião que selou a dissidência, em 18 de julho de 1984)

LIB(11) “Só a coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes, pode garantir a soberania do país, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social. Este pacto político propugna a conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o povo e o governo. Sem ressentimentos, com os olhos voltados para o futuro, propõe o entendimento de todos os brasileiros.” (Documento de agosto de 1984, criando a Aliança Democrática)

Em LIB (8), os deslocamentos acontecem no seguinte sentido: primeiro, a “Frente Liberal” é construída como um ponto exterior de fala ao sujeito. Ela está fora dos limites da voz do sujeito, mas já marca a cisão com qualquer projeto de unidade do PDS. Em segundo lugar, o sujeito do discurso permite a sua emergência materializada na frase, marcada por um “nós” inclusivo que, ao mesmo tempo, desmancha a ilusão de exterioridade construída no começo do enunciado e que vincula uma preocupação com a “unidade da nação e com a formação de um governo de conciliação nacional”. O compromisso da “unidade da nação” é assumido em detrimento à busca da “unidade do PDS”, elementos contrapostos frontalmente.

De forma resumida, a Frente Liberal deixa a posição do PDS, o sujeito do discurso se incorpora à Frente, deslocando-a para uma posição que busca a transição como conciliação

nacional. Se até então, em fragmentos anteriores, os liberais trabalhavam para construir uma identidade diametralmente oposta à do PDS governista, marcando a cisão, agora o discurso dos dissidentes migra para uma convergência enunciativa com o discurso tancredista. O consenso, a conciliação passam a dar o tom dos enunciados. A transição, enquanto discurso, passa a ser engendrada enquanto mudança, acomodação de forças, realinhamento de vozes e posições. O segundo enunciado citado confirma essa direção.

O fragmento LIB (11) foi retirado do documento que firmou a Aliança Democrática para lançar Tancredo à presidência, e marca pontualmente uma espécie de *esquizofrenia discursiva* da Frente Liberal, que ora se apresenta na posição governista de quem fala, ora na posição de oposição que defende o entendimento.

No enunciado, esta esquizofrenia pode ser diagnosticada no movimento pendular realizado pelo sujeito do discurso na superfície discursiva compondo um mosaico das falas de formações discursivas consideradas antagônicas. Na costura, podem ser identificadas expressões características da instância enunciativa TAN, como “coesão nacional”, “valores comuns” e “conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o povo e o governo” – mobilizadas ou reformuladas, por exemplo, em TAN (10), TAN (2) e TAN (12) – e expressões da formação discursiva dos militares, como “soberania do país”, “assegurar a paz” e “permitir o progresso econômico”.

Essa semelhança no emprego das expressões e a própria construção do raciocínio do entendimento nacional apontam para uma nova posição preenchida pelo sujeito liberal, que é nem marcadamente de oposição, nem situacionista, mas uma instância intermediária, buscando o pacto político. A contradição das vozes no enunciado opera na adequação das arestas das vozes antagônicas para moldar um discurso coerente e modalizador, próprio dos discursos de aliança.

A transição democrática é observada aqui não como ruptura da ordem, alteração profunda do regime, mas como composição de forças, unidade de esforços para a promoção de mudanças.

3.3 O silêncio instaurando o discurso

Assim como a ilusão de exterioridade não nos interessa como funcionamento argumentativo mas como constituidora de posições de sujeito, os deslocamentos dos sujeitos

nas posições de discurso também se constituem enquanto sintomas de uma operatividade própria do discurso da transição. Outros importantes funcionamentos característicos são aqueles que se utilizam das formas do silêncio, que operam com a opacidade, com o mascaramento e acabam provocando a emergência de certos sentidos.

As formas para tornar a superfície discursiva opaca, os sentidos chapados e alguns dizeres apagados progridem no discurso da transição até um ponto de ocultamento e nebulosidade do não-dizer. Além da ilusão que aponta para a exterioridade do sujeito e de seu limite discursivo, além da clivagem dos sujeitos e de seus deslocamentos na esteira discursiva, mobilizam-se também as maneiras do não-dizer, as formas do silêncio.

Se até então, o discurso se reformulava, modulava para que se dispersasse, agora, ele se articula para não deixar os sentidos fluírem, calando-os ou pelo menos os administrando. Nas análises a seguir, vamos observar que os silenciamentos são sintomas do que vai acontecer como discurso da transição. Estas formas do silêncio vão se articular a outros mecanismos do dizer para cercar os significados, estancar a vazão dos enunciados.

Para Orlandi (1993, p. 13), o silêncio é um fôlego da significação, “um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido”. Então, o silêncio é significante, o não-dizer tem a dizer, ele é a “garantia do movimento dos sentidos”, pois é a partir do silêncio que se diz. A autora reconhece que o silêncio não é o tudo da linguagem, mas a possibilidade de perceber que um discurso leva a outro e a outro, e assim indefinidamente. Com isso, Orlandi (*op.cit.*:23-4) tipifica o silêncio:

- a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar e b) a política do silêncio que se subdivide em b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’ palavras) e b2) o silêncio local, que refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura).

Dessa forma, o silêncio fundador sinaliza que qualquer processo significativo traz consigo uma relação com o silêncio, e a política do silêncio, por sua vez, “diz que - como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito - ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outras’ sentidos”. A política do silêncio ou o silenciamento têm uma atmosfera mais política porque não apenas fazem calar, mas fazem dizer uma coisa para não dizer outras. Reformula-se, recorta-se, são reengendrados os sentidos. A própria autora cita como exemplo deste dizer para não-dizer a expressão “Nova

República”, tão cara neste nosso estudo. Ao criar esta nova expressão, apaga-se o fato de que houve uma ditadura militar no País (*op.cit.:76*), época em que se falava uma “língua de espuma”, linguagem vazia, em que os sentidos não fluem, não ecoam.

Na sucessão de Figueiredo, orientações que apontam a transição como mudança, como permanência ou como ruptura estão diretamente ligadas e determinadas pelas formas do silêncio incidentes. O calar de algumas vozes permite a fundação de um discurso tal, de uma tal transição. O silêncio, por si só, não se configura como uma falta, mas como sintoma de presença, de impossibilidade do dizer. O silêncio não é o vazio, a lacuna, mas preenchimento de sentido.

A análise de alguns fragmentos demonstra como isso se dá:

FIG(13) “Maluf não tem condições de chegar à presidência. Eu não quero, eu não admito. Sua escolha na convenção do PDS pode gerar um clamor popular tão grande, uma convulsão social tão grande, que o povo, a Oposição, venham me pedir para ficar. O que poderei então fazer?”
(A ministros em junho de 1984)

TAN(2) “É preciso, em nome do Brasil, esquecer os agravos do desencontro político e buscar a vereda comum para sair da crise nacional.”
(Como governador de Minas Gerais ao ministro do Interior Mario Andreazza em maio de 1984)

Os fragmentos, praticamente contemporâneos, marcam o funcionamento do silenciamento de uma voz, de uma política para a transição – em FIG (13) – e um silêncio fundador, que aponta para o engendramento da transição numa dada direção – TAN (2). Assim, o impedimento de uma voz como a de Maluf (e poderíamos estender o veto às dissidências do Partido dos Trabalhadores, na época, que não queria a hipótese do Colégio Eleitoral) vai afastar a possibilidade de se ter uma transição como ruptura da ordem vigente. Tanto Maluf quanto o PT põem em risco um projeto de Estado na época, pois significam a transição como o inesperado, como o inadministrável. O silêncio da voz malufista, por parte do condutor do processo, o presidente, é que vai permitir a emergência de uma transição com Tancredo, conciliatória, propondo mudanças, mas não revoluções ou transformações tão profundas. É o silenciamento da voz malufista que vai se possibilitar a fundação de uma transição como mudança e não como ruptura.

Em FIG (13), o presidente manifesta não querer, não admitir a candidatura Maluf pois ela pode provocar “clamor popular”, “convulsão social” que leve tanto o povo como a situação pedirem a prorrogação de seu mandato. O posicionamento das peças no tabuleiro é bem demarcado pelo sujeito do discurso: há o povo, há a oposição, há a sua posição de governo e há ainda a de Maluf. Nenhuma delas é coincidente, mas todas as demais se contrapõem à de Maluf, por essa razão ele “não tem condições de chegar à presidência”. A indagação final do fragmento (“O que poderei então fazer?”) dá a brecha para que Tancredo possa colocar o seu projeto à prova. Esta brecha discursiva funciona como o recuo significativo do silêncio, aquele que possibilita vir à tona novos sentidos.

Em TAN (2), a forma impessoal indetermina o sujeito do discurso, posicionando-o num ponto exterior à ordem do discurso. Seguindo a produção de um efeito de exterioridade, fala-se, então, “em nome do Brasil” para a busca de uma “vereda comum para sair da crise nacional”. No movimento dos sentidos, a ilusão de exterioridade vai buscar o elemento que desvia, tira o sujeito do centro da atenção, apontando o foco na memória discursiva, já que a evocação clara perscruta uma imagem de civismo, de patriotismo (“em nome do Brasil”). Os “agravos do desencontro político” são silenciados, não são ditos mesmo porque o que o enunciador pede é o seu esquecimento. Cumpre lembrar e frisar mesmo a busca de uma saída conciliatória, comum, para a solução nacional. Embora curto, o fragmento aponta o nascimento de um discurso para a transição, uma vontade política para a sucessão presidencial, um projeto de poder que possa substituí-lo. O chamado Discurso de Vitória, proferido em novembro de 1984 e que estabelece as bases da Nova República, vai confirmar este projeto, vai delineá-lo, colocando a julgo político:

TAN(11) “Minha formação democrática, alicerçada em uma vida pública em que nunca faltaram o apoio do povo, o voto direto dos meus concidadãos e a confiança nas lideranças políticas e sociais, não foi e jamais será marcada por revanchismos ou represálias. Estes são métodos próprios de governo e governantes temerosos dos resultados de suas injustiças e dos seus excessos de poder. Podem os brasileiros estar seguros de que faremos, com prudência e moderação, as mudanças que a República requer. Mudanças na legislação opressiva, nas formas falsas de representação, na estrutura federal, de maneira a que se fortaleçam os Estados e os municípios. (...) Politicamente enfrentaremos com repulsa os radicalismos, que agridem os sentimentos e as tradições nacionais. Repulsa a todos os radicalismos, tanto os de esquerda, que nos levam ao fanatismo ideológico, quanto os de direita, carentes de princípios e repletos de ambições de poder.”
(Discurso estabelecendo as bases da Nova República, Vitória (ES) novembro/1984)

No trecho, é construída uma imagem para o sujeito do discurso sustentada pelas posições democráticas em contraste com uma postura que privilegiasse o revanchismo, a retaliação. É produzido o efeito do Eu da democracia apontando para um discurso de mudança, em contraposição às represálias dos “governantes temerosos de suas injustiças e dos seus excessos de poder”, referência aos presidentes-militares, que representam a transição como permanência política.

Mas além de se diferenciar do discurso da permanência, o sujeito do discurso constrói uma posição que o distancia também do discurso da ruptura, aquele calcado nos revanchismos, nos radicalismos. “Podem os brasileiros estar seguros de que faremos, com prudência e moderação, as mudanças que a república requer”, promete o sujeito do discurso, tomando como interlocutor uma instância abstrata, legitimadora e coletiva. O sujeito se dirige ao povo, mas nomeia de “brasileiros”, unificando todos os indivíduos do coletivo, homogeneizando as diferenças de classe e de origem, e chamando a atenção para a nacionalidade comum. O discurso da transição como mudança anuncia que essas “mudanças” serão feitas por um nós, seguindo as orientações da república, termo que transcende “os brasileiros”, povo, o Estado.

O fragmento em questão é a afirmação da transição enquanto mudança, na distinção com os projetos da ruptura e da permanência. O contraste é produzido também com a mobilização de alguns silêncios que cercam “revanchismos”, “represálias”, “radicalismos” e “governantes temerosos dos resultados de suas injustiças e seus excessos de poder”. O sujeito do discurso não declina nomes, não detalha o que considera essas práticas, mas vai cada vez mais distanciando a sua posição de sujeito do discurso das ocupadas pelos sujeitos referidos no discurso. As lacunas deixadas na superfície do enunciado permitem o recuo significativo que possibilita o preenchimento destes espaços vazios, além da emergência de um discurso territorializado, bem demarcado em seus limites, que aponta para onde vai e o que deixa para trás.

O discurso que institui as bases da Nova República produz uma discursividade que cala os governos ditatoriais, afastando a possibilidade de uma transição como permanência deste estado de coisas, e impede também que venha à tona a fala dos radicais, que querem a transição como ruptura do sistema já instaurado. A Nova República constrói uma discursividade em que só alguns sentidos têm trânsito, circulam, e estes indicam uma transição enquanto mudança, como conciliação, como consenso. O discurso da transição como mudança só existe na iminência do silêncio do discurso da transição como ruptura; os

silenciamentos constantes fundam, instauram um discurso que ressignifica a transição como mudança. A transição como permanência continua circulando como discurso, mas submetida, atrelada à mudança.

As mudanças devem se dar na “legislação opressiva, nas formas falsas de representação, na estrutura federal, de maneira que se fortaleçam os Estados e os municípios”, e se colocam mais no plano institucional do que no do cotidiano dos indivíduos. Então, a expressão “Nova República” é preenchida de sentidos distintos dos que vinha fixando. “Nova República” se mostra como um projeto político de construção de um novo Estado, de uma nova ordem institucional, de uma nova estrutura onde funcione o governo. A referência principal da expressão parece mesmo ser a máquina governante e não a massa governada. Dessa forma, a “Nova República” se revela um projeto voltado para os interesses das engrenagens que mobilizam a República (o Estado, o Governo, a União), e não prioritariamente a população. O projeto político é alicerçado em bases institucionais, não elege como alvos nem os governantes militares, de um lado, nem os radicais contrários ao regime, de outro.

Entretanto, antes que se possa avançar sobre os desenvolvimentos deste discurso da transição como mudança, é necessário demonstrar como ele foi se desenvolvendo, foi se constituindo ao longo dos tempos. Uma comparação entre dois trechos do mesmo falante, mas separados por alguns meses, salienta a direção tomada:

TAN(8) “Não me encontro entre aqueles que negam patriotismo aos nossos adversários. Custa-me supor que existam, entre eles, quem ame menos o nosso país e o nosso povo. Sendo assim, não é difícil convocar, pacientemente, a sua razão. Nisso se funda o meu conceito de consenso, tão mal interpretado por amigos e adversários. Temos que ir obtendo consensos parciais, até chegar ao grande consenso nacional (...) temos que encontrar, no consenso das forças políticas, os meios hábeis para o restabelecimento das eleições diretas para a presidência da república e a convocação de uma assembleia nacional constituinte.”

(Discurso como governador de Minas Gerais, setembro de 1983)

TAN(1) “O presidente deixou bem claro que se não fossem as contingências da conjuntura interna, que não revelou, não teria nenhuma dificuldade em dar as eleições diretas. Mas, no momento, ele não tem condições nem sequer de examinar o problema.”

(Após conversa com Figueiredo – Veja, 09 de maio de 1984)

Em TAN (8), a posição de fala do sujeito do discurso não coincide com “aqueles que negam patriotismo” aos militares e nem com a da oposição. Ele ainda considera os militares como “adversários”, mas prega o consenso, na direção de um dado projeto político. Em termos de funcionamento do discurso, ao negar que esteja entre os radicais, o sujeito elabora uma política do silêncio que exclui a voz dissidente e, ao mesmo tempo, realiza uma operação de inclusão da voz dos militares em meio ao consenso. O sujeito do discurso engendra um discurso que admite em sua mudança os traços da permanência dos militares, mas rechaça a ruptura, a distância que a oposição quer da ordem vigente.

Em TAN (1), há também a elaboração de uma política do silêncio, mas tendo o sujeito do discurso operando como um porta-voz do sujeito referido, o presidente. A expressão “contingências da conjuntura interna, que não revelou” denota para os dizeres que foram calados e que impedem que os sentidos circulem no discurso. A marcação deste silenciamento marca a distância existente entre o porta-voz e o sujeito referido, estabelecendo a diferença entre as posições de discurso.

Articuladas as políticas do silêncio de TAN (1) e TAN (8) permitem que se configure um discurso que não se assemelhe à voz governista, nem tampouco à voz da oposição cerrada. No entanto, para se instaurar e se consolidar enquanto discurso autônomo, esta terceira voz recobre algumas partes dos outros discursos, permite a circulação de apenas certos sentidos, redireciona as posições, redefine o quadro enunciativo, como podemos confirmar no enunciado abaixo, quando da eleição de Tancredo Neves como presidente:

TAN(12) “Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras. (...) Dentro dessa ordem de idéias, a conciliação, instruindo o entendimento, deve ser vista como convênio destinado a administrar a transição rumo à nova e duradoura institucionalização do Estado. (...) Quero a conciliação para a defesa da soberania do povo, para a restauração democrática, para o combate à inflação, para que haja trabalho e prosperidade em nossa Pátria. Vamos promover o entendimento entre o povo e o Governo, a Nação e o Estado. Rejeitaria, se houvesse quem a pretendesse, a conciliação entre elites e o ajuste que visasse à continuação dos privilégios, à manutenção da injustiça, ao enriquecimento sobre a fome. Para a conciliação maior, sem prejuízo dos compromissos de partido e de doutrina, convoco os homens públicos brasileiros, e todos os cidadãos de boa-fé. No serviço da Pátria, há lugar para todos.”

(Discurso de eleito no Colégio Eleitoral, janeiro de 1985)

Em TAN (12), temos a formulação do discurso da transição como mudança sob a égide do silêncio da transição como ruptura. O termo “conciliação”, tantas vezes invocado no enunciado, confere ao discurso a tonalidade que ele deve adquirir ao longo de sua seqüência. Entretanto, o sujeito do discurso demarca os limites do que vem a ser esta conciliação, fazendo com que o termo dobre sobre si mesmo, recomponha-se. Authier-Revuz (1998) nomeia este processo de modalização autonímica, isto é, a recorrência de um termo ou expressão para a auto-representação deste dizer, apontando sempre para as não-coincidências das palavras, para a opacificação, para a não-transparência. Estas não-coincidências podem se dar na forma interlocutiva – “as palavras que eu digo são as suas” -, do discurso consigo mesmo, entre as palavras e as coisas e entre as próprias palavras.

Assim, no fragmento acima, o sujeito frisa que a conciliação deve ser entendida como “o convênio destinado a administrar a transição rumo à nova e duradoura institucionalização do Estado”, diferente dos sentidos que a colocam enquanto “conciliação entre elites”, “continuação de privilégios”, “manutenção da injustiça” e “enriquecimento sobre a fome”.

Com a reconvocação do termo acrescido de um qualificativo (“conciliação maior”), o sujeito do discurso reopera a modalização autonímica, afastando possíveis ambigüidades de sentido e fixando a forma significativa que deseja para a palavra. Este sentido recobre os demais, silencia os anteriores e consolida-se como o “maior”, o consenso de seu projeto.

O recobrimento de um sentido por outro também reforça a fundação do discurso da transição como mudança, já que a “conciliação maior” se configura como consenso, onde “há lugar para todos”, diferente da conciliação enquanto permanência (que considera a conciliação como “continuação dos privilégios...”) e diferente da transição como ruptura, que sequer é lembrada por não contemplar a conciliação em seu projeto.

Orlandi (1993, p. 106) afirma que o silêncio “trabalha os limites das diferentes formações discursivas, isto é, trabalha o jogo da contradição de sentidos e da identificação do sujeito”. Dessa forma, num estudo em que se aborda a formação discursiva da transição, é preciso ainda apontar como se opera a interface da transição permanência, nem que seja apenas com a citação de um fragmento:

FIG(1) “Eu até acho que o Andreazza seria um bom nome, mas ele está fora de cogitação. É muito pesado. Tem veto de tudo quanto é lado.”
(Ao ministro Hélio Beltrão, no início de março de 1983)

No trecho, dois momentos do discurso são bem marcados: o primeiro, quando o sujeito do discurso coincide com o que diz, reforçando o dito (“eu até acho”) e o segundo instante, quando esta coincidência se desmancha com a inclusão de um elemento de oposição (“mas ele está fora de cogitação”). Inicialmente, o apoio à candidatura é manifestado pelo sujeito, trazendo para si a fala, posicionando-se na 1ª pessoa do singular. Depois, o veto é injetado no enunciado sob uma forma-sujeito indeterminada (“tem veto”), sem âncoras de sentido nem de preenchimento da lacuna do sujeito. A distinção deste segundo sujeito com o Eu que apóia aponta para uma glosa do tipo *não sou eu quem veta o Andreazza*.

A glosa conduz à operatividade da ilusão de exterioridade, um desvio que aponta para o lado de fora do discurso as razões e a origem do veto ao pré-candidato. Não se verifica este efeito apenas no deslocar do veto da instância do sujeito do discurso para uma terceira, mas o funcionamento se dá também na indeterminação do sujeito do enunciado, opacificando o sujeito da enunciação do veto.

Ao empregar “veto de tudo quanto é lado”, o sujeito do discurso não explicita os enunciadores do veto, e enuncia numa posição de fala independente, exterior às proibitivas. A opacificação do sujeito do veto se dá pelo uso do verbo forma impessoal de conjugação (Ter = Haver), o que acentua o peso da ação de vetar, explicitando a inviabilidade da candidatura de um nome fortemente negado.

Os silenciamentos daqueles que vetam e da origem desta negativa permitem que o discurso seja engendrado na direção de uma transição enquanto imobilidade, enquanto permanência da situação, não-mudança. Assim, em FIG (1), a transitoriedade não admite passagem de poder, apoio à candidatura, mas rechaça qualquer tentativa de concorrência, deslegitimando-a, descrebilizando suas potencialidades.

O silenciamento se dá de forma mais flagrante no enunciado abaixo, quando uma é mobilizada toda uma política do silêncio, na demarcação dos espaços por onde os sentidos podem passar. A política do silêncio reside no *comprometimento* do sujeito do discurso com um grupo, do qual nada se revela.

LIB(10) “Mas ontem o presidente disse que esse era um assunto interno do partido e eu transmiti essa posição. Não ficaria bem eu dizer agora que o presidente escolheu um nome para o PDS. Não posso fazer isso também porque estou comprometido com um grupo que poderá não votar no nome dele.”

(Jorge Bornhausen a correligionários sobre Figueiredo anunciar um substituto de Sarney na presidência do PDS – Veja, 20 de junho de 1984)

Neste caso, o silenciamento marca discursivamente a dissidência dos liberais com o partido governista. A ambigüidade, a falta do dizer, o dito pela metade são estratégias do discurso político. Maneiras de dizer sem nada dizer ou dizer para pouco dizer.

3.4 A transição controlada

Para além do calar-para-dizer, o discurso da transição também reserva o dizer-demais-para-dizer- apenas, isto é, mobilizações discursivas que cercam os sentidos, limitam suas órbitas e tentam fixar entendimentos únicos, sem desvio.

Dessa forma, a opacidade e o desvio, os silêncios e a ilusão de exterioridade, não são os únicos funcionamentos atuantes na transição enquanto discurso. Há também uma operatividade que busca estabelecer direções para os significados, impedindo o desvio significante da polissemia, marcando os relevos para o entendimento, como decalques únicos. A este conjunto de manobras discursivas chamamos de nominalização restritiva, mecanismo diametralmente oposto às formas do silêncio, pois se caracteriza pelo dizer demais, pelo detalhamento da fala.

A nominalização restritiva se marca por estratégias de enumeração meticulosa e específica dos objetos do discurso, nomeando cada elemento - no caso de coletivos - ou a unidade a ponto de não permitir que surjam dúvidas nos sentidos do enunciado. Este funcionamento, como sugere a própria terminologia, nomeia de forma pontuada sujeitos e objetos do discurso, preenchendo possíveis lacunas dos significados, fazendo recuar a polissemia, a multiplicidade de sentidos, operando na restrição, no cerceamento. Como veremos a seguir, a nominalização restritiva consiste na marcação dos elementos na seqüência discursiva, de forma a restringi-los e ordená-los numa cadeia que redunde num discurso.

No campo da emergência dos sentidos, a nominalização restritiva resiste à vagueza na ordem do discurso, funcionando para domar os sentidos e direcionar suas leituras. A multiplicação das relações de significação, a desorientação na leitura, as ambigüidades e incertezas, decorrentes do silêncio fundador são então descartados pela nominalização restritiva por sua maneira incisiva de demarcar os sentidos nos enunciados.

Se até então este estudo observou os mecanismos que o discurso da transição apresenta para falar o mínimo, a nominalização restritiva vai revelar uma face distinta do cuidado no dizer: não permitir as dispersões de entendimento, apontar para uma dada relação,

um sujeito, um objeto, marcar os limites do que pode ser admitido, compreendido. A cautela no dizer – que ficava patente antes pela vagueza, pela falta – agora se dá pelo detalhe, pela unicidade, pela personalização.

Seguindo Henry (1990) no estudo sobre as construções relativas e suas articulações discursivas, temos que a nominalização restritiva é mobilizada quando, em um dado enunciado, uma estrutura sintática como a relativa adjetiva restritiva é transformada por meio de processos de nomeação, redundando num nome. Assim, no fragmento abaixo, o sujeito não cita apenas “radicalismos”, mas cliva, fraciona o termo em “de esquerda” e “de direita”:

TAN(11) “Minha formação democrática, alicerçada em uma vida pública em que nunca faltaram o apoio do povo, o voto direto dos meus concidadãos e a confiança nas lideranças políticas e sociais, não foi e jamais será marcada por revanchismos ou represálias. Estes são métodos próprios de governo e governantes temerosos dos resultados de suas injustiças e dos seus excessos de poder. Podem os brasileiros estar seguros de que faremos, com prudência e moderação, as mudanças que a República requer. Mudanças na legislação opressiva, nas formas falsas de representação, na estrutura federal, de maneira a que se fortaleçam os Estados e os municípios. (...) Politicamente enfrentaremos com repulsa os radicalismos, que agridem os sentimentos e as tradições nacionais. Repulsa a todos os radicalismos, tanto os de esquerda, que nos levam ao fanatismo ideológico, quanto os de direita, carentes de princípios e repletos de ambições de poder.”

(Discurso estabelecendo as bases da Nova República, Vitória, ES, em novembro de 1984)

O termo “radicalismos” poderia ser empregado na seqüência discursiva de forma ampla, genérica, mas ao cindindo a palavra em dois pólos políticos, o sujeito do discurso permite a eclosão de novos efeitos de sentido. Os radicalismos, que são de direita e que são de esquerda, passaram por uma transformação, deixando uma sintaxe da relativa restritiva e seguindo para um estado de nome. Daí a operatividade da nominalização restritiva, pois com a acentuação detalhada da natureza dos radicalismos, tentou-se aprisionar e administrar os sentidos que a palavra poderia adquirir.

A especificação marca não apenas a diferença entre os elementos do discurso, mas também cava uma nova posição para o sujeito do discurso, que não pende nem para um lado extremista nem para o outro. O lugar de fala do enunciador fica destacado, em outro plano da cartografia discursiva. Esta decorrência vai auxiliar na operatividade de um outro funcionamento discursivo: a ilusão de exterioridade, que já vimos em detalhes anteriormente.

O trecho selecionado a seguir é semelhante na operatividade do funcionamento:

TAN(4) “Não lhes farei nenhuma concessão, por mínima que seja, no tocante à matéria de princípios, à ordem pública, à defesa de nossas instituições civis e militares, à segurança nacional e à soberania de nosso povo.”

(Nota do governador após visita de Figueiredo. Um recado aos esquerdistas – Veja, 25 de julho de 1984)

Muitas vezes, a nominalização restritiva é mobilizada no discurso articulada a outros funcionamentos para compor determinados efeitos de sentido. Neste fragmento, a nominalização está vinculada diretamente à alteridade construída no discurso, aumentando a cada elemento a distância que separa sujeito do discurso dos sujeitos referidos. Assim, a nomeação unitária e exaustiva no trecho serve como baliza que demarca as fronteiras entre o que constitui o espaço dos sujeitos no discurso.

É importante observar como aqui o sujeito do discurso trabalha para demarcar sua identidade em contraponto com a do outro. Tanto em nível pronominal, no contraste do pronome elíptico de 1ª pessoa do singular com o pronome “lhes” de um sujeito indeterminado, quanto pela partícula negativa “não”, espécie de ponto separador das posições de sujeito presentes no discurso. Aos sujeitos referidos no discurso são atribuídas reivindicações, concessões que são negadas veementemente pelo sujeito do discurso. Ainda nas operações de distinção dos sujeitos, o enunciador aponta a não-coincidência de sua posição com a de um outro difuso, disperso, marcado gramaticalmente pelo plural, mas indefinido. Por oposição, a estratégia produz um efeito de unicidade de posições do sujeito do discurso, daquele que enuncia.

Mas a produção das oposições não se limita ao confronto das posições de sujeito, mas se estende também às prerrogativas ligadas a esses sujeitos. É neste ponto que a nominalização restritiva emerge, marcando a heterogeneidade no discurso. É para reforçar as distâncias do sujeito-outro que as formas de nomeação vão ser mobilizadas. Assim, o sujeito do discurso enumera sua discordância por concessões nas áreas dos “princípios”, da “ordem pública”, da “defesa de nossas instituições civis e militares”, da “segurança nacional” e da “soberania de nosso povo”.

Centrando foco mais detidamente na expressão “defesa de nossas instituições civis e militares”, temos a incidência da nominalização restritiva operando em escala menor, no âmbito do elemento, nos limites do detalhamento, da especificidade. O sujeito do discurso se opõe àqueles que colocam em risco as “nossas instituições”, mas frisa que são as militares e as civis, para que não reste dúvidas de que ambas são objetos de sua preocupação. O sujeito

do discurso, simplesmente, poderia ter se referido às instituições de forma ampla e geral, mas sua indicação pormenorizada reforça o entendimento que ele almeja. Neste caso, a nominalização restritiva funciona como uma quebra, uma diluição da palavra *instituições*, ao dividi-la em civis e militares, particularizando-as.

Em MAL (5), abaixo, o mecanismo da nominalização restritiva não funciona para esmiuçar um coletivo opaco, mas para contornar a condição do sujeito referido no discurso:

MAL(5) “Uma eventual vitória do deputado Paulo Maluf, candidato do PDS, traria a ruptura do pacto social.”

(Divaldo Suruagy, governador de Alagoas, pelo PDS em entrevista – Veja, 24 de outubro de 1984)

A operatividade da nominalização restritiva é marcada linguisticamente pelo aposto “candidato do PDS”, expressão que não apenas explica e qualifica o sujeito, mas também reforça sua condição no cenário sucessivo da época. Ao citar o sujeito na seqüência, o enunciador interrompe a idéia central de seu enunciado – a vitória do candidato coloca em risco a ordem vigente – para demarcar uma posição de discurso para Maluf: a de escolhido pelo partido governista para a sucessão de Figueiredo.

Para se ter um melhor entendimento do alcance da nominalização restritiva aqui, basta que imaginemos a frase sem o aposto que marca o funcionamento. As relações que o sujeito do discurso quer estabelecer entre a vitória daquele candidato e o risco iminente não ficam tão flagrantes quanto no enunciado original. Daí porque a nominalização restritiva se colocar como uma importante manobra discursiva da marcação dos sentidos, do cuidado com o discurso. É o dizer-demais-para-dizer-o- apenas, para fazer entender o necessário.

Conclusões

*"Quem sabe
O Super-Homem venha
Nos restituir a glória,
Mudando, como um deus,
O curso da história."
(Gilberto Gil - Super-Homem, A canção)*

*"Não me iludo:
Tudo permanecerá do jeito que tem sido
Transcorrendo, transformando,
Navegando em todos os sentidos"
(Gilberto Gil - Tempo Rei)*

*"Sente, levante, prepare para festejar
O quê? Mu dança!
O tempo da mudança!
O novo deus Mu dança"
(Gilberto Gil - Mu dança)*

Uma transição encerra em si uma virtualidade, até mesmo pelo caráter de sua natureza transitória. A transição é uma passagem de estados, uma conversão, uma reversão, uma transposição, um deslocamento. Os fatos, por outro lado, trazem consigo traços de materialidade, e quando se os estuda, encontram-se corpos, matéria. No entanto, quando se faz de uma transição um fato, sua observação e sua análise tornam-se difíceis tanto pelo exercício necessário de uma fuga da abstração quanto pelo esforço – também necessário – para não se desviar pela ilusão de uma falsa materialidade. Neste estudo, essas dificuldades foram encontradas a todo momento.

As conclusões a que chegamos apontam de forma incisiva para os processos que as indicaram e reforçam a tentativa de elaboração de uma arqueologia dos sentidos e dos silêncios a que foi imposta a transição. Para tanto, foi preciso contornar a tentação de se guiar pela unidade e pela totalização da transição. Não se quis aqui fechar o círculo sobre o assunto e encerrá-lo, determiná-lo, esgotá-lo e propor sua solução. Optamos pela dispersão, pela descontinuidade e pela multiplicidade, orientações que apontam para muitas direções e que desnorteiam quem acredita num único caminho.

No Brasil, discursivamente, constrói-se a transição como algo que tem hora marcada, tempo definido: no dia 15 de janeiro de 1985, termina o ciclo autoritário militar e começa um outro tempo, uma Nova República. Então, a transição é concebida como um fato histórico e

não um acontecimento ligado a circunstâncias e a escolhas éticas. Destituída de um sentido maior de *transformação* da sociedade, que ultrapasse a mera passagem do poder republicano dos generais para os civis, a transição é falada, é acreditada, é tramada, mas seus sentidos são tantos que só se fixam na forma de equívocos.

O discurso que leva à transição não é íntimo das significações que a palavra *transformação* pode ganhar entre os falantes da população brasileira. Mesmo sob a égide da ruptura com o regime, da suplantação do *status quo*, a transição só a é como alteração institucional, especificamente sobre quem ocupa a cadeira da presidência da república. Verificamos isso nos enunciados de MAL – que insiste em se colocar como um candidato viável e aceitável -, nos de LIB – onde é com o jogo das forças que mais se preocupa -, nos trechos de FIG – que vê a transição exclusivamente como sua sucessão -, e em TAN – que apesar de se colocar como candidato da oposição, que propõe uma alternativa política, estende as mãos para a conciliação. Nesta instância enunciativa, mesmo o projeto político oferecido - a Nova República - não ultrapassa a mera tentativa de um redimensionamento jurídico-institucional.

Neste estudo, observamos que há um conjunto de regularidades nos enunciados que aponta para o que poderíamos chamar de discurso da transição. Se a *transição democrática brasileira* se constrói discursivamente por meio dos enunciados e formulações, e se ela se dá enquanto acontecimento discursivo, não é demais dizermos que há um discurso da transição. Para além da temática coincidente (a passagem do poder), existem pontos comuns nos trechos e fragmentos analisados nesta dissertação que apontam para uma certa prática discursiva própria, característica: a tentativa de preenchimento de sentidos da palavra *transição*.

A operatividade dos funcionamentos discursivos que trabalham para a opacidade no discurso, dos que marcam os sentidos e daqueles que se exercitam para estabelecer identidades na superfície discursiva desenha modelos próprios que vão formar a transição enquanto discurso.

Os efeitos de exterioridade vão sinalizar para o lado de fora do discurso, desviando o olhar para a instância do outro, desfocando as ações que estão sendo exercidas; as formas do silêncio vão intensificar ainda mais a opacidade no discurso, turvidez ressaltada pelas indeterminações e deslocamentos dos sujeitos na esteira discursiva; os silenciamentos vão ainda se valer da operatividade da nominalização restritiva para delimitar até onde os sentidos podem ir. Enfim, todos estes funcionamentos definem um modelo de ação discursiva único, que bem podemos nominar discurso da transição.

Este discurso, por sua vez, está sustentado por uma trama de conflitos entre as diversas formas de produzir discursivamente a transição, se como ruptura, se como mudança, se como permanência.

Se a formação discursiva é o lugar do engendramento dos sentidos e se é um sistema enunciativo orientado por regularidades, as diversas formas de enunciação presente no discurso da transição vão determinar diferentes posições de sujeito, dependendo sempre das posições de fala observadas. Assim, entendida a transição como discurso, teremos distintas formas de fazê-la funcionar.

No caso em que o enunciador constrói a transição enquanto cisão da ordem institucional vigente, remodelação do regime, interrupção das políticas acionadas pelos agentes, e desvio de mentalidade dos governantes, pode-se dizer que temos aí a transição enquanto ruptura. A ruptura é o corte vertical e de distinção mais evidente da heterogeneidade, e em nosso caso, fazer da transição uma ruptura é se posicionar para descartar o modelo político em vigor, falar do lugar de um total redimensionamento das diretrizes de ação para a implementação de uma nova orientação.

Quando a transição é vista como troca de governantes, como manutenção da vertente jurídico-institucional, como preservação do *status quo*, sem quaisquer alterações bruscas e efetivas, podemos dizer que a transição se dá como permanência. Fazer da transição uma permanência é colocar-se de tal forma a não alterar as linhas de condução do processo político, do lugar em que se promove e reforça o modelo, assegurando sua continuidade.

Num terceiro caso, que quebra a cômoda dicotomia manter-romper, quando a transição do regime altera alguns elementos do cenário político, quando as modificações não são radicais, quando certas regras institucionais são substituídas sem quebra do sistema em que se inscrevem, temos uma transição como mudança. Aí, temos posições de sujeito que trabalham em função de deslocamentos, mas com uma certa manutenção de normas já em vigor. Ao contrário do que se possa pensar, uma posição de sujeito como esta não é um híbrido dos lugares já precedentes, mas se constitui numa dimensão outra em relação a eles. A mudança também não é uma subtração da ruptura e da permanência, mas uma posição-sujeito própria, não-coincidente, que difere da permanência por reivindicar alterações e que se distancia da ruptura por ainda querer manter alguns elementos vigentes.

Apesar das regularidades constitutivas, não temos na produção discursiva da transição formações discursivas únicas para a permanência, para a mudança e para a ruptura, mas temos pontos distintos de emergência de fala. Essas posições de sujeito ocupadas marcam o

diferencial entre construir discursivamente a transição enquanto a manutenção do estado de coisas, mudá-lo ou transformá-lo, propondo sua substituição por outro projeto de poder.

Apesar das unicidades que caracterizam cada posição de fala, a transição enquanto mudança e enquanto permanência convergem para uma discursividade dominante na cena da sucessão de Figueiredo. Mudança e permanência constituem uma determinada formação discursiva, produzindo uma contradição produtiva, uma dinâmica interna que coloque estas duas orientações político-discursivas como elementos interdependentes na constituição dos sentidos. Assim, a mudança só vai se engendrar enquanto tal pelo contraste que pode assumir em relação à permanência, e vice-versa. A contradição que esta formação discursiva encerra é produtiva porque desenha um perfil para a transição de poder, porque serve de vetor para uma orientação política, porque articula funcionamentos discursivos para o engendramento de certos sentidos.

Observando os fragmentos do arquivo, inicialmente, pode-se arriscar a pensar que mudança e permanência constituam formações discursivas independentes, separadas. No entanto, como estas duas formas de construção da transição se consolidam na dependência mútua e porque não sinalizam projetos de poder excludentes, vemos nas duas as interfaces de uma formação discursiva heterogênea. Pensar uma formação discursiva heterogênea é considerar que ela seja intraconflitual, que permita o tráfego da alteridade na discursividade, que impulse movimentos nos sentidos que sejam percebidos como contradizentes, reformulatórios¹⁶.

Assim, diagnosticamos nos fragmentos do arquivo, a constituição de uma formação discursiva dominante, contendo coincidências, dessemelhanças, contradições e inconsistências. Este perfil heterogêneo desta discursividade dominante se opõe, por exemplo, a qualquer tentativa de montagem de um complexo de formações discursivas (da mudança e da permanência) ou esboço de sistema misto dessas compartimentações. Afinal, não há prerrogativas ou razões que apontem para singularidades que formem uma formação discursiva da permanência independente da mudança. É mais admissível pensar num conjunto mais amplo que contemple os conflitos internos e dinâmicas características diferenciadas.

¹⁶ Estas reflexões muito se devem a uma conversa instantânea com Freda Indursky, durante o 2º Congresso da Associação Brasileira de Linguística (Abralin), em fevereiro de 1999, em Florianópolis. No raciocínio da autora, do qual comungamos, assim como houve uma evolução do sujeito unitário para o sujeito-posição, fragmentado, há também uma direção para a FD, de um momento unívoco, delimitado, para outro mais heterogêneo, difuso. "Não há um sistema de vasos separados, estanques. Mas pode-se pensar em algo como vasos intercomunicantes", ponderou Indursky.

Dessa forma, no jogo dos silêncios, a transição enquanto permanência continua falando e dispersando enunciados, mesmo que submetida à mudança, porque uma transição pressupõe passagem, alguma movimentação. Com a ruptura, não ocorre o mesmo, ela é silenciada, descartada, impedida. Por essa razão, constitui uma outra formação discursiva na cena de constituição discursiva da transição. Em relação ao primado da transição como mudança, a permanência é o lugar do outro e a ruptura é o lugar do impossível.

Analicamente, a posição de sujeito de ruptura assinala a transição para o novo, na direção do corte, do confronto, do desentendimento, do dissenso. Por contraste e por relação oposta de posições, o lugar da permanência constrói a transição como o mesmo, no sentido da preservação do que já se coloca como correto e sem necessidade de transformação. A mudança, por sua vez, busca a conciliação, a adição de forças através do apagamento das diferenças, da opacificação das divergências. Em outros termos: se a ruptura é dissenso, a permanência é o senso e a mudança, o consenso.

Para Rancière (1996, p.11), o desentendimento “não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura”. Não é o mesmo que desconhecimento, ressalta, sendo que o desentendimento não se restringe apenas às palavras usadas, mas incide também sobre a própria situação dos falantes, o que converge com nossa preocupação de focalizar a posição de fala dos sujeitos no discurso da transição. O desentendimento não se concentra apenas na “questão da heterogeneidade dos regimes das frases e da presença ou ausência de uma regra para julgar gêneros de discursos heterogêneos. Diz respeito menos à argumentação que ao argumentável” (p.13). O conceito de Rancière tem ressonância no de *interincompreensão constitutiva*, que Maingueneau (1987, p.120) mobiliza para se referir à *tradução* que uma formação discursiva faz ao trazer para dentro de seu discurso enunciados do outro.

Como a permanência é o território do imutável e como já foi apontado o desentendimento, partimos então para o extremo oposto, o entendimento que é,

antes de ser a virtude razoável dos indivíduos e dos grupos que se põem de acordo para discutir seus problemas e compor seus interesses, é um regime determinado do sensível, um modo particular de visibilidade do direito como *arkhé* da comunidade. Antes de resolver os problemas dos parceiros sociais tornados sensatos, é preciso resolver o litígio no seu princípio, como estrutura específica de comunidade. É preciso colocar a identidade da comunidade consigo mesma, o reino do direito como idêntico à supressão do dano. (110)

Com isso, para Rancière, o consenso desestrutura a relação dentro-fora num regime, numa posição política tal, numa situação de ação. No entendimento, “um dentro e um fora podem estar juntos”, já que no pensamento consensual, “o todo é tudo, o nada não é nada” e se forem apagadas “as entidades parasitas da subjetivação política, atinge-se, pouco a pouco, a identidade do todo com o todo, que é identidade do princípio do todo com o de cada uma das partes” (123).

De forma resumida, o que se pode considerar é que o discurso da transição se constitui por duas formações discursivas, uma dominante – a mudança que absorve elementos de permanência -, e outra que tenta ocupar um espaço, mas que é silenciada, rechaçada. Esta suspensão da transição como ruptura denuncia o silenciamento de uma formação discursiva, mas o silêncio não deve ser lido como ausência, falta, mas sim a instauração de uma presença ocultada, não permitida. A ruptura é calada porque considerar a transição enquanto tal é colocar em risco muito do que a política e o discurso querem preservar, é sair dos trilhos administráveis de uma sucessão presidencial, é apresentar uma proposta diferente do que se está esperando.

Assim, o silenciamento das vozes de algumas posições, como a do Partido dos Trabalhadores (PT) ou mesmo a de Maluf, abafa a pressão desviante que pode levar a transição a se constituir num descontrole. O silenciamento destas vozes permite a emergência e consolidação de uma formação discursiva dominante que molda a transição como mudança, mas que também assimila a permanência. A contradição entre estas duas formações discursivas é que vai ser o limite para a produção de um sentido para a *transição democrática brasileira*.

Neste jogo de forças, Tancredo Neves não atua como o ponto de convergência dos sentidos da sucessão, como a encruzilhada da transição. Apesar de o processo de redemocratização ter passado inevitavelmente pelo candidato, a transição enquanto discurso tem em Figueiredo seu ponto de fuga, de um lado, e seu ponto de convergência, de outro. O lugar de fala de Figueiredo serve de *dêixis fundadora*, ponto a partir do qual são lançadas as bases de um discurso. Assim, o presidente – ao contrário do que aponta a maioria dos estudos sobre a transição – não vai se eximir dos movimentos políticos de sua sucessão, não vai se ausentar, mas vai proceder a uma articulação pelos silenciamentos, pelas negativas. Durante o período da abertura, os militares mobilizam diversos NÃOs – não sou em quem escolhe, não

sou eu quem decide, não é o meu candidato -, como se não se sentissem responsáveis por aqueles acontecimentos.

A instância enunciativa FIG concentra a operatividade dos funcionamentos do discurso da transição, da ilusão de exterioridade à nominalização restritiva, dos silêncios aos deslocamentos e indeterminações dos sujeitos, da marcação dos sentidos aos processos de seu ocultamento. Como FIG encarna a posição institucional do governo e como a sucessão tradicionalmente tem a marca de quem está deixando o posto disputado, é Figueiredo quem conduz os movimentos político-discursivos que vão determinar os sentidos da transição, é ele quem atrai para si a transição como discurso. A presença de Tancredo Neves apenas permite a redefinição do espectro político e o redesenho do discurso da transição.

Embora isso aconteça no jogo de forças, o centro político da disputa sucessória é ocupado pela Frente Liberal, que vai servir de baliza para parametrarmos os demais. Do ponto de vista político, porque a Frente é originária da posição governista, parte para a dissidência e vai compor com a posição oposicionista, sem no entanto ocupar a mesma instância. E do ponto de vista discursivo, porque a instância enunciativa LIB vai absorver positivamente a interface mudança-permanência como orientações da transição. Assim, LIB se articula a TAN, limitando-se de um lado, com a permanência de FIG e a posição de risco, de ruptura, ocupada por MAL. A Frente Liberal é o centro político do jogo de forças mas esta posição não é estática e seus deslocamentos arrastam para um lado e para outro os parâmetros pelos quais formatamos e entendemos as demais instâncias enunciativas.

Curioso notar que as posições comumente usadas no jargão da política (centro, direita, esquerda) são insuficientes para dar conta de uma cartografia discursiva como a que estamos montando. Estas posições não coincidem com as posições-sujeito preenchidas por alguns falantes e nem tampouco suas orientações partidárias recobrem suas correntes na transição. Por isso, não é contraditório localizar MAL como ruptura e TAN - candidato da oposição - como não refletor da transição como ruptura. As posições-sujeito que ocupa constróem uma transição de permanência e de mudança. MAL se concentra na posição de ruptura, configurando uma realidade discursiva diferente da já estabelecida, rompendo os protocolos políticos. A ruptura na transição segue para além dos acordos políticos, para além das composições e reacomodações. A transição como ruptura é o não-acordo, o corte brusco da tendência de permanência das situações, a tomada de um novo caminho. Neste caso, MAL se localiza como ruptura não porque sugira a revolução na condução política ou porque pretenda reembaralhar as cartas do jogo de forças.

MAL se apresenta como ruptura porque se coloca do lado de fora, não-coincidente da permanência de FIG, do consenso de TAN e da oscilação de LIB. MAL reúne a transição enquanto ruptura assim como setores da oposição o fazem ao se negar a participar do Colégio Eleitoral. Foi assim com o Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁷, cuja orientação passada a seus deputados federais na época era para que boicotassem a votação, pois a disputa traduzia um acerto político entre as partes, e que Tancredo Neves não era um efetivo candidato de oposição.

Mas se MAL e o PT constróem a transição enquanto ruptura, eles não ocupam a mesma posição. Discursivamente, a transição assume sentidos divergentes entre ambos, e politicamente, suas ações, também sinalizam isso. Mas os protagonistas do PT e de MAL se assemelham no ponto em que engendram uma transição que não aquela que está sendo tramada entre o governo Figueiredo e outras posições políticas¹⁸. Com isso, as posições assumidas na transição e suas concepções são sempre relativas aos seus pares, dependentes na definição e na demarcação de seus limites.

Discursivamente, não se pode afirmar que a transição democrática brasileira tenha se iniciado como um movimento para a ruptura com o regime, se flexibilizado com o tempo, passando a reivindicar uma mudança e se encerrando por promover um estado de permanência no cenário nacional, como defendem alguns cronistas do fim do militarismo no Brasil. Neste trabalho, analisamos a transição observando por uma lente que ampliasse nosso olhar quanto ao jogo das forças incidentes e quanto aos movimentos dos sentidos. Verificamos a transição por um prisma que pudesse decompor os enunciados nos diversos funcionamentos discursivos das falas dos protagonistas políticos, e não encontramos indícios de que a transição tivesse seguido um percurso claro e definido como o exposto acima.

A transição democrática brasileira se mostrou muito mais complexa do que um episódio ligeiramente narrado nos livros de História. A transição como acontecimento discursivo conseguiu aglutinar simultaneamente os sentidos de ruptura, de permanência e de

¹⁷ Não analisamos fragmentos deste setor da oposição por termos empreendido o recorte de verificação na sucessão presidencial de Figueiredo. Como o PT não participou destes movimentos, colocando-se de fora deles, descartamos os fragmentos deste que poderia ser mais uma instância enunciativa. Mesmo apesar disso, não dispensamos a posição-sujeito ocupada pelo partido para compararmos outras posições nas relações de poder da transição.

¹⁸ Entre FIG e TAN também há semelhanças até mesmo na constituição de suas identidades. Note que em ambos esta configuração subjetiva se dá por meio de alguns funcionamentos discursivos, principalmente através da ilusão de exterioridade. É certo dizer então que FIG e TAN se constituem em posições-sujeito pelo mesmo processo, mas eles funcionam diferentemente. FIG aponta uma transição como permanência, TAN não tão somente.

mudança, mas não conseguiu se implementar efetivamente e fixar nenhum desses significados. O fim do regime militar e o advento da redemocratização acarretaram em avanços na conquista de direitos e outros benefícios, mas discursivamente a simples vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral não cravou uma significação de mudança ao acontecimento discursivo da transição. Nem tampouco a ruptura e a permanência preencheram de sentido a transição, pois esta não se completou. O que se verificou foi a predominância de uma discursividade (a mudança que pressupõe a permanência) enquanto processo de construção da transição.

Na ordem do discurso, a transição como permanência não se concretiza pois fica a reboque da transição-mudança, não constituindo uma formação discursiva independente, produtora de sentidos e deslocadora de sujeitos. A transição-ruptura também não sobrevive, pois é achatada por uma discursividade hegemônica, silenciada, desarticulada. Apesar de a transição-mudança fortalecer-se enquanto discursividade dominante, ela não promove efetivamente a transição, pois o discurso da conciliação emudece com a morte de Tancredo Neves e a subida de José Sarney à presidência. A transição como acontecimento discursivo é interrompida e dá lugar ao governo da Nova República, mais um projeto de alteração jurídico-institucional do que uma plataforma de transformação do país. Assim, a *transição democrática brasileira*, depois dos civis retomarem o poder republicano, fica suspensa, esquecida como um verbete no meio de uma enciclopédia. Um verbete com significados controversos, com muitos sentidos e nenhuma direção. Mas entre esses sentidos, o que parece mais perene é *passagem*.

No Brasil atual, a transição pode ser resumida mesmo a *passagem*, passamento de um definido momento-lugar-discurso para algo ainda incerto. Em 1994, Gilberto Dimenstein e Josias de Souza¹⁹ diziam que, dez anos antes, o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, “implantou fragmentos de um sonho na mente de Fernando Henrique Cardoso”: pensar na idéia de ser presidente.

Fernando Henrique sintetizava as contradições de seu tempo. Do regime militar, aprendeu a inutilidade de um crescimento econômico sem distribuição de renda. Da transição conduzida por Sarney, passando pela queda de João Goulart, constatou a dificuldade de distribuir renda sem crescer - constatação reforçada pela experiência do Chile, onde morou. Percebeu que, tão ineficiente quanto o excesso de concentração de poder, defendido pelos ditadores, é sua dispersão paralisante, quando os governos não constróem bases sólidas no Congresso. (1994, p.211)

¹⁹ Em *A História Real*.

Eleito em 1994 e reeleito em 1998, Fernando Henrique conseguiu uma frágil estabilidade econômica, intensificou a abertura para a entrada dos competidores internacionais e globalizou os mercados domésticos. O discurso mudou nas temáticas, mas se mantiveram alguns dos funcionamentos discursivos exercitados durante a sucessão de 1984-85, como a ilusão de exterioridade em formulações como “Quem acabou com a inflação vai acabar com o desemprego”.

Independente do tempo e dos falantes, o discurso permanece e a transição continua vazia de sentido, carente de fixação de significado. Preservam-se não apenas muitos dos protagonistas de outrora (Marco Maciel, Fernando Henrique Cardoso, José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, etc.), mas se mantêm a retórica, os movimentos dos sentidos, os funcionamentos discursivos de um tempo em que se digladiava para fazer valer a transição, não porque hoje se lute para impor um sentido à questão, mas porque a questão esteja suspensa, posta em segundo plano. O discurso indefinido e conflituoso de antes se reedita, mais uma vez como uma retórica que tenciona ser transparente, mas oculta, empalidece os sentidos, nivela o relevo e apaga as diferenças com os funcionamentos discursivos que operam pela opacidade. Mais uma vez, ganha vozes o discurso que administra seus sentidos, que os marca, e delimita sua circulação. Novamente, o discurso que vemos e ouvimos é aquele que se detém no estabelecimento das imagens, das identidades, das *personas*, e em cuja pauta sequer figura de passagem a palavra *transformação*.

ANEXOS

Corpus

Instância enunciativa Tancredo Neves: (TAN)

1. "O presidente deixou bem claro que se não fossem as contingências da conjuntura interna, que não revelou, não teria nenhuma dificuldade em dar as eleições diretas. Mas, no momento, ele não tem condições nem sequer de examinar o problema." (Após conversa com Figueiredo – Veja, 09 de maio de 1984, p.23)
2. "É preciso, em nome do Brasil, esquecer os agravos do desencontro político e buscar a vereda comum para sair da crise nacional." (Como governador de Minas Gerais em encontro com o ministro Mario Andreazza – Veja, 04 de julho de 1984, p.26)
3. "Meu compromisso é com a frente única que vai me eleger." (Sobre como lidar com as diversas facções de sua aliança – Veja, 18 de julho de 1984, p.24)
4. "Não lhes farei nenhuma concessão, por mínima que seja, no tocante a matéria de princípios, à ordem pública, à defesa de nossas instituições civis e militares, à segurança nacional e à soberania de nosso povo." (Nota do governador após visita de Figueiredo, um recado aos esquerdistas – Veja, 25 de julho de 1984, p.38)
5. "Minha palavra é de que não vai haver revanchismo de espécie alguma." (Ao governador Agripino Maia, do PDS do RN – Veja, 01 de agosto de 1984, p.21)
6. "Não basta, porém, esta forte e prestigiosa aliança. Estamos confiantes de que não nos faltarão, com seu apoio, as demais forças democráticas, com seu passado de sacrifícios pela democracia. Mais uma vez não faltarão ao povo os contingentes respeitados e populares do PDT, do PT e do PTB, e por que não dizê-lo, de todos os setores da sociedade, para a ampliação do grande e empolgante movimento da Aliança Democrática. Esta aliança que formamos é, como dissemos no ato de sua constituição, o núcleo da grande coligação política que reconciliará o Estado com a Nação." (Discurso na convenção do PMDB que homologaria seu nome à presidência, Brasília, agosto de 1984)

7. "O povo brasileiro reclama mudanças, e iremos promovê-las. Não faremos apenas um governo de transição. Nosso propósito é o de presidir ao grande acordo nacional para a transformação do Brasil (...) O nosso pacto social, assim, afasta desânimos e ressentimentos, covardias e represálias, acomodações e revanchismo, para abrir o país a uma nova estação da história." (Discurso na convenção do PMDB em agosto de 1984)
8. "Não me encontro entre aqueles que negam patriotismo aos nossos adversários. Custa-me supor que existam, entre eles, quem ame menos o nosso país e o nosso povo. Sendo assim, não é difícil convocar, pacientemente, a sua razão. Nisso se funda o meu conceito de consenso, tão mal interpretado por amigos e adversários. Temos que ir obtendo consensos parciais, até chegar ao grande consenso nacional (...) temos que encontrar, no consenso das forças políticas, os meios hábeis para o restabelecimento das eleições diretas para a presidência da república e a convocação de uma assembléia nacional constituinte." (Discurso como governador de Minas Gerais, em setembro de 1983)
9. "A Nova República não se coadunará com qualquer experiência de Presidentes todopoderosos, impondo as vontades do centro e detendo o quase monopólio do poder decisório-legislativo. Alicerce de igual relevância nas novas instituições é o da temporariedade dos mandatos, princípio que nos cumpre respeitar em coerência com o nosso passado recente. É de grande importância lembrar que, mesmo nesse passado centralizador, houve obediência fiel a essa norma dos mandatos dos Presidentes, cuja escolha obedecia a decisões tomadas fora da classe política. Honra os brasileiros a desambição dos militares ao respeitarem este princípio, ainda que sob regime de exceção. Está provado que as substituições no poder presidencial não ferem a continuidade administrativa do Estado, que se deseja fundada em burocracia responsável e eficiente, servidora permanente e impessoal das leis do País." (Discurso sobre as bases da Nova República, Vitória, novembro de 1984)
10. "Daí ser imperioso criarmos uma Nova República, forte e soberana, para que nossas Forças Armadas não sejam nunca desviadas de sua destinação constitucional. Forças Armadas vigorosas, compenetradas de suas funções tutelares e imbuídas de sua capacidade técnica e profissional é o que todos almejamos, para que possam desempenhar, na maior competência e eficiência, as suas missões, no quadro de definição de seus encargos, na patriótica defesa interna e externa do País. De Norte a Sul do Brasil estou pregando, em praça pública, a unidade nacional. Prego a concórdia,

a construção do futuro, e não me prendo aos pesadelos do passado. Sinto que estou contribuindo, de maneira eloqüente e significativa, para unir o nosso povo, tão dividido em face dos graves problemas desta hora.” (Discurso estabelecendo as bases da Nova República, Vitória, novembro de 1984)

11. “Minha formação democrática, alicerçada em uma vida pública em que nunca faltaram o apoio do povo, o voto direto dos meus concidadãos e a confiança nas lideranças políticas e sociais, não foi e jamais será marcada por revanchismos ou represálias. Estes são métodos próprios de governo e governantes temerosos dos resultados de suas injustiças e dos seus excessos de poder. Podem os brasileiros estar seguros de que faremos, com prudência e moderação, as mudanças que a República requer. Mudanças na legislação opressiva, nas formas falsas de representação, na estrutura federal, de maneira a que se fortaleçam os Estados e os municípios. (...) Politicamente enfrentaremos com repulsa os radicalismos, que agredem os sentimentos e as tradições nacionais. Repulsa a todos os radicalismos, tanto os de esquerda, que nos levam ao fanatismo ideológico, quanto os de direita, carentes de princípios e repletos de ambições de poder.” (Discurso estabelecendo as bases da Nova República, Vitória, novembro de 1984)
12. “Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras. (...) Dentro dessa ordem de idéias, a conciliação, instruindo o entendimento, deve ser vista como convênio destinado a administrar a transição rumo à nova e duradoura institucionalização do Estado. (...) Quero a conciliação para a defesa da soberania do povo, para a restauração democrática, para o combate à inflação, para que haja trabalho e prosperidade em nossa Pátria. Vamos promover o entendimento entre o povo e o Governo, a Nação e o Estado. Rejeitaria, se houvesse quem a pretendesse, a conciliação entre elites e o ajuste que visasse à continuação dos privilégios, à manutenção da injustiça, ao enriquecimento sobre a fome. Para a conciliação maior, sem prejuízo dos compromissos de partido e de doutrina, convoco os homens públicos brasileiros, e todos os cidadãos de boa fé. No serviço da Pátria, há lugar para todos.” (Discurso de eleito no Colégio Eleitoral, janeiro de 1985)

Instância enunciativa João Figueiredo: (FIG)

1. "Eu até acho que o Andrezza seria um bom nome, mas ele está fora de cogitação. É muito pesado. Tem veto de tudo quanto é lado." (Ao ministro Hélio Beltrão, no início de março de 1983)
2. "Quem ganhar na convenção do PDS, leva." (Em reunião com ministros, março de 1983)
3. "Dou a minha palavra de honra de que não tenha candidato. Eu não gosto do Maluf, mas devo ressaltar que como governador de São Paulo ele nunca me causou problemas." (Em setembro de 1983 num almoço com generais. Veja, 16 de janeiro de 1985, p.25)
4. "Sou pelas eleições diretas, acho que devem ser diretas, mas no momento não vejo possibilidade. O meu partido não ia se conformar; eu me conformo, mas o meu partido, não." (A Marco Maciel, em 16 de novembro de 1983)
5. "Dizem que sou a favor do Andrezza, o que não é verdade. Também dizem, Paulo, que estou contra você. Outro dia, Marco, um deputado veio até aqui, eu elogiei você e já saíram dizendo que lancei seu nome." (Conversando com Maluf e Maciel sobre a dança dos nomes na sucessão – Veja, 22 de fevereiro de 1984, p.20)
6. "Quem ganhar a convenção será o candidato do partido e terá o meu apoio." (Em 1984)
7. "Mudar o sistema de eleição do presidente agora seria verdadeira cassação do mandato que os eleitores deram aos integrantes do Colégio Eleitoral. Eu espero terminar o meu mandato vendo incorporadas na Constituição as eleições diretas, mas para vigorar nas futuras sucessões do presidente." (Discurso comemorando o aniversário de cinco anos de seu governo, na Plataforma de Petróleo da Bacia de Campos – Veja, 21 de março de 1984, p.37)
8. "O Tancredo é um nome confiável e aceitável para a conciliação." (Ao deputado João Paganella, em abril de 1984)

9. "Se eu tivesse certeza de que não seria eleito um radical, faria até dez eleições diretas." (Ao deputado José Jorge, do grupo pró-diretas do PDS – Veja, 09 de maio de 1984, p.23)
10. "Não tenho nada a opor à candidatura Paulo Maluf." (Sobre Maluf – Veja, 06 de junho, p.22)
11. "Não vai haver prorrogação, e eu não tenho um quinto nome. Não sou mágico para tirar um santo do bolso. Temos é que encontrar fórmulas para unir o PDS. Não vou cruzar os braços, mas também não vou impor nada." (Comentando sobre a suposta prorrogação de seu mandato – Veja, 13 de junho de 1984, p.21)
12. "Só volto a me manifestar sobre o processo sucessório depois da convenção, para apoiar o vencedor." (A Marchezan, negando-se a intervir – Veja, 13 de junho de 1984, p.21)
13. "Maluf não tem condições de chegar à presidência. Eu não quero, eu não admito. Sua escolha na convenção do PDS pode gerar um clamor popular tão grande, uma convulsão social tão grande, que o povo, a Oposição, venham me pedir para ficar. O que poderei então fazer?" (A ministros, junho de 1984)
14. "Eu não posso me meter, você sabe que não posso me envolver. Só vou ter candidato depois da convenção. Sou seu amigo e gostaria de vê-lo sentado na minha cadeira, mas não posso me envolver." (Em resposta a Andreazza, que lhe cobrou apoio – Veja, 20 de junho, p.22)
15. "Nenhum dos dois seria escolhido por mim como candidato." (Agosto, sobre Maluf e Tancredo)
16. "O Maluf é um sapo. Só que é um sapo lubrificado. O outro candidato é um sapo envolvido em arame farpado." (Em agosto de 1984, ao senador Marcondes Gadelha depois da homologação de Maluf e Tancredo – Veja, 16 de janeiro de 1985, p.25)
17. "Tancredo Never." (Em agosto de 1984, fazendo trocadilho com o nome do governador e rechaçando o candidato – Veja, 16 de janeiro de 1985, p.26)

18. "A opção pelo nome ungido da vontade majoritária, portanto, não foi minha: foi do meu partido. O apoio que me cumpre prestar ao deputado Paulo Maluf traduz observância de princípio ético, imanente à vida partidária." (Em cadeia de rádio e TV, 19 de setembro)

19. "Não. O meu candidato é o candidato do partido. Disseram que eu estou constrangido. Não estou constrangido, não. Eu estaria constrangido se ele não fosse meu candidato, porque quebraria um princípio meu." (Respondendo se era malufista – Veja, 03 de março, p.20)

Instância enunciativa Liberais: (LIB)

1. "Entre o empresário Paulo Maluf e o mineiro Tancredo Neves, fico com este." (Aureliano Chaves ao senador Jorge Bornhausen, em junho de 1984)
2. "Tudo o que a Frente sabe por enquanto é que saiu para uma batalha. O certo é que, daqui para a frente, não vejo perspectiva de composição com qualquer candidatura do PDS - exatamente por não crer que ela possa estar em sintonia com a vontade da nação." (Aureliano Chaves sobre o destino da Frente Liberal – Veja, 11 de julho de 1984, p.23)
3. "Não está no programa da Frente apoiar um candidato de oposição para ficar a reboque dela. O que pode acontecer é uma aliança com as oposições no Colégio Eleitoral, mantendo nossa posição." (Aureliano Chaves sobre a Frente e a candidatura Tancredo Veja, 11 de julho, p.23)
4. "Nunca fui infiel aos ideais revolucionários. Mas posso discordar do processo revolucionário, o que é diferente." (Aureliano Chaves sobre a ruptura com o PDS – Veja, 11 de julho, p.23)
5. "Não acredito na vitória do Maluf no Colégio. Mas, se isso acontecer, não há nenhuma hipótese de eu apoiá-lo no Colégio Eleitoral. E não só eu - uma grande parcela das lideranças políticas fará o mesmo." (Antonio Carlos Magalhães sobre a escolha de Maluf pelos governistas – Veja, 20 de junho de 1984, p.19)
6. "Já está provado que o povo não aceita o nome de Maluf. E o importante, hoje, é que nove governadores de Estado, todos eleitos pelo voto popular e direto, não apóiam essa candidatura. Como são eles os pilares do partido, não há condição para a candidatura Maluf ser viabilizada." (Antonio Carlos Magalhães torpedeando Maluf – Veja, 27 de junho de 1984)
7. "Trair a revolução de 1964 e a memória de Castello Branco e Eduardo Gomes é apoiar Maluf para presidente. Trair os propósitos de seriedade e dignidade da vida pública é fazer o jogo de um corrupto, e os arquivos dos órgãos militares estão com as provas de corrupção e improbidade. (...) O presidente da república jurou fazer do país uma democracia. Mas não se faz uma democracia com ameaças inúteis, porque o povo não

se intimidada. O povo sabe, e os políticos também, que as Forças Armadas querem democracia e preferem o candidato que tenha a maioria desse povo ao seu lado, além da credibilidade indispensável na solução dos graves problemas brasileiros. É preciso coragem moral para não compactuar com a subversão ou a corrupção. Subversão, agora, Brigadeiro, é tentar impedir que se façam valer a voz e a vontade do povo. Os que assim procederem não terão, de fato, o seu nome inscrito no livro da História, no lugar reservado aos verdadeiros democratas que contribuíram para o desenvolvimento do Brasil.” (Discurso de Antonio Carlos Magalhães em resposta ao discurso do ministro Délio Jardim de Matos, que criticou os dissidentes - 4 de setembro de 1984)

8. “A responsabilidade da Frente Liberal, em relação à unidade do PDS, acabou. Nós estamos preocupados, agora, é com a unidade da nação e com formação de um governo de conciliação nacional.” (José Sarney a jornalistas após reunião que selou a dissidência, em 18 de julho de 1984)
9. “O PDS não conseguiu operar a democracia. Quando eu trabalhei na fundação do partido e quando comecei a trabalhar na sua presidência, pensava que poderia construir um grande partido moderno. Mas hoje vejo que aquilo não passava de um sonho de intelectual. Foi coisa de poeta.” (José Sarney sobre o PDS – Veja, 08 de agosto de 1984, p.20)
10. “Quando saí candidato, vi que o senhor embarcou na minha candidatura. Agora o senhor desembarcou?” (Mario Andreazza a Figueiredo – Veja, 20 de junho de 1984, p. 22)
11. “Temos com a Frente Liberal os mesmos pontos de vista, estamos afinados e não haverá dificuldades em promover essa união.” (Andreazza buscando apoio de dissidentes do PDS – Veja, 11 de julho de 1984, p.23)
12. “Mas ontem o presidente disse que esse era um assunto interno do partido e eu transmiti essa posição. Não ficaria bem eu dizer agora que o presidente escolheu um nome para o PDS. Não posso fazer isso também porque estou comprometido com um grupo que poderá não votar no nome dele.” (Jorge Bornhausen a correligionários sobre Figueiredo anunciar um substituto de Sarney na presidência do PDS – Veja, 20 de junho de 1984, p. 20)

13. "Só a coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes, pode garantir a soberania do país, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social. Este pacto político propugna a conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o povo e o governo. Sem ressentimentos, com os olhos voltados para o futuro, propõe o entendimento de todos os brasileiros." (Documento de agosto de 1984, criando a Aliança Democrática)

Instância enunciativa Maluf e Governistas: (MAL)

1. "Figueiredo prometeu fazer deste país uma democracia, e toda a sua trajetória de governo confirma isso. Agora, em vez de indicar o nome de sua escolha pessoal para a sucessão, o presidente, depois de ouvir amplos segmentos da sociedade, decidiu fazer seu candidato aquele que vencer a convenção do partido a que pertencemos." (Maluf comentando o afastamento de Figueiredo da indicação – Veja, 04 de janeiro de 1984, p.17)
2. "O presidente me autorizou a ser seu porta-voz com relação a isso. Ele apoiará o candidato que vencer a convenção do partido." (Maluf aos repórteres – Veja, 20 de junho de 1984, p.22)
3. "Desde que o presidente Figueiredo, que é militar, deixou claro que não quer ficar no cargo nem mais um dia, passei a considerar a minha candidatura irreversível." (Maluf sobre uma suposta candidatura militar – Veja, 11 de julho de 1984, p. 23)
4. "Maluf, você arrebentou o partido. Ganhou a convenção, mas esfacelou o PDS. Como sempre lutei pela unidade do partido, tenho dificuldades de apoiá-lo." (Nelson Marchezan a Maluf, abandonando o navio – Veja, 29 de agosto de 1984, p. 23)
5. "Essas declarações podem influenciar a decisão do partido pois, se o presidente diz que o Maluf não é exatamente o seu candidato, nós podemos ter o direito de também dizer o mesmo." (Hugo Napoleão, governador do Piauí – Veja, 03 de outubro de 1984, p. 20)
6. "Uma eventual vitória do deputado Paulo Maluf, candidato do PDS, traria a ruptura do pacto social. Esse pacto não está escrito em parte alguma, não há documentos estabelecendo seus contornos, mas tem sido respeitado ao longo da história da república." (Divaldo Suruagy, governador de Alagoas, pelo PDS em entrevista – Veja, 24 de outubro de 1984, p.05)

Referências Bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio.

In: ORLANDI, E.P. (org.) *Gestos de leitura – Da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994

_____ Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Lingüísticos*.

Campinas (SP): 19, 25-42, julho/dezembro, 1990

_____ *Palavras Incertas – As não-coincidências do dizer*.

Campinas: Ed. Unicamp, 1998

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Ed. UnB, 1982

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Obras Escolhidas, vol. 1 - Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985

BENVENISTE, Emile. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989

BRANCA-ROSOFF, S. et alii. Questions d'histoire et de sens. *Langages* (117): 54-66, mars 1995

BRITTO, Antonio. *Assim morreu Tancredo – depoimento a Luís Claudio Cunha*. Porto Alegre (RS): L&PM, 23ª ed., s/d

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

COURTINE, Jean Jacques. Quelques problèmes théoriques et methodologiques en Analyse du Discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens.

Langages (62): 9-
128, juin 1981

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998

DELGADO, Lucília de A N. (org.). *Tancredo Neves - sua palavra na história*. Fundação Presidente Tancredo Neves, 1988

DIMENSTEIN, Gilberto et alii. *O complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985

DINIZ, E. (org.). *Modernização e consolidação democrática no Brasil: Dilemas da Nova República*. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1989

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986

FIGUEIREDO, João. *Discursos*. Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1981

_____ *Discursos*. Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1984

FIGUEIREDO, R. Brasil e Espanha: o papel dos empresários no processo de transição para a democracia - In: DINIZ, E. (org.) *Empresários & Modernização Econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: Editora da UFSC/Idacon, pp. 45-67, 1993

FLEISCHER, David. (org.) *Da Distensão à Abertura. As eleições de 1982*. Brasília: UnB, 1988

FOLHA DE S. PAULO, edições ao longo de 1984 e 1985

FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências do poder*. São Paulo: Edusp, 1994

- FOUCAULT, Michel. (1969) *A arqueologia do saber*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1972
- _____ (1971) *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 3ª ed., 1996
- _____ (1973) *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC/NAU, 1996
- _____ (1976) *História da sexualidade 1 - A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 11ª ed., 1993
- _____ Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 6ª ed., 1986
- _____ (1994) *Resumo dos Cursos no Collège de France*. RJ: Jorge Zahar, 1997
- _____ O sujeito e o poder. In: RABINOW, P. & DREYFUS, H. *Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 231-245, 1995
- GADET, Françoise & HAK, Toni. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed Unicamp, 1990
- GADET, Françoise & PÊCHEUX, Michel. (1981) *La lengua de nunca acabar*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1984
- GADET, F., LÉON, J. & PÊCHEUX, M. Observações sobre a estabilidade de uma construção lingüística – a completiva. In: *Gestos de Leitura – Da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994
- GEISEL, Ernesto. *Discursos*. Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1975
- GÓES, Walder de & CAMARGO, Aspásia. *O drama da sucessão e a crise do regime*.

Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1984

GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. Da enunciação ao acontecimento discursivo em Análise do Discurso. In: GUIMARÃES, E. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989

_____ (1986). Effets de l'archive. *Langages* (81). Tradução brasileira In: ORLANDI, E.P. *Gestos de Leitura – Da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, pp. 163-183, 1994

HENRY, P. (1977) *A ferramenta imperfeita – língua, sujeito e discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992

_____ A história não existe? In: ORLANDI, E.P. *Gestos de Leitura – Da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, pp. 29-53, 1994

_____ Construções relativas e articulações discursivas. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (19): 43-64, julho/dezembro, 1990

_____ Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed Unicamp, 1990

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997

_____ Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas (19); 117-122, Unicamp, jul-dez., 1990

JORNAL DO BRASIL, edições ao longo de 1984 e 1985

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil - Diário da Campanha das Diretas*. São

Paulo: Brasiliense, 1984

KRISCHKE, P. J. (org.) *Brasil: do 'milagre' à 'abertura'*. São Paulo, Cortez Editora, 1983

KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil Debates, 1982

LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Ed. Sumaré), 1990

MAIA, A. C. *Sobre a analítica do poder de Foucault*. *Tempo Social*, 7 (1-2): 83-103, 1995

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1987

MARANDIN, J.-M. Sintaxe, discurso: do ponto de vista da Análise do Discurso. In: *Gestos de Leitura – Da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994

MARIANI, Betania S.C. Narrativas e rituais enunciativos na imprensa: a 'intentona' de 35. In: RUBIM, A.A. C. (org.) *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis (RJ): Vozes-Compós, pp: 28-42, 1998

MARTINS, Luciano. A "liberalização" do regime autoritário no Brasil. In: O'DONNELL, G., SCHMITTER, P.C. & WHITEHEAD, L. (org.) *Transições do Regime Autoritário – América Latina*. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1988

MUSZYNSKI, J. & TEIXEIRA MENDES, A.M. Democratização e opinião pública no Brasil. In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de SP (Ed. Sumaré), 1990

NOBLAT, Ricardo. *O céu dos favoritos: de Sarney a Collor*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2ª edição, revista e aumentada, Campinas: Pontes, 1987

_____ A Análise do Discurso: Algumas observações. *DELTA*, vol. 2, nº 1, 1986

_____ *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996

_____ *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 1993

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979

PÊCHEUX, Michel. & FUCHS, Catherine. (1975) Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. *Langages* (37): 7-80, Paris, mars. Trad. Brasileira. In: GADET, F. & HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. (1969) Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. & HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990

_____ (1975) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995, 2ª ed.

_____ (1981). L'étrange miroir de l'analyse de discours. *Langages* (62), juin

_____ (1983) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997

_____ Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed Unicamp, 1990

_____ Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19, Campinas, julho/dezembro 1990

_____ Ler o arquivo hoje. In: *Gestos de Leitura – Da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994

PÊCHEUX, Michel, LÉON, J., BONNAFOUS, S. & MARANDIN, J.-M. (1982)

Apresentação da Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed Unicamp, 1990

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney – o discurso do Plano Cruzado*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989

POLÍTICA ED. *Retrato do Brasil: Depoimentos*. São Paulo: 1984

PRZEWORSKI, Adam. A escolha de instituições na transição para a democracia: uma abordagem da Teoria dos Jogos. *Dados*, vol. 35, nº 1, pp. 5-47, 1992

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996

REIS, Fábio Wanderley. Para pensar transições. *Novos Estudos CEBRAP*, 30, julho 1991, pp. 76-98

REVISTA VEJA, edições ao longo de 1984 e 1985

REZENDE, Maria José. *A transição como forma de dominação política*. Londrina: Ed.UEL, 1996

- ROBIN, Régine. (1973) *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965
- RODRIGUES, Marli. *O Brasil da Abertura - de 1974 à Constituinte*. São Paulo: Atual, 1990
- ROSSI-LANDI, Ferruccio. *A linguagem como trabalho e como mercado - Uma teoria da produção e da alienação lingüísticas*. São Paulo: Difel, 1985
- SADER, Emir. *A transição no Brasil - da ditadura à democracia?* São Paulo: Atual, 1991
- SALLUM, Jr. B. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1997
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1965
- SCHNEIDER, R. Transition Without Rupture: Parties, Politicians, and the Sarney Government . In: CHACEL, J.; FALK, P. & FLEISCHER, D. (org.) *Brazil's economic and political future*. Boulder, CO, Westview Press (1988) 188-198
- SKIDMORE, Tomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- SOUZA, Pedro. de. *A imbricação dos aspectos lingüísticos e ideológicos na enunciação dos discurso político*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1987
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. RJ: Paz e Terra, 1986
- VIDAL-NAQUET, Pierre. Constitution du fait em Histoire In: *Histoire et Linguistique. Actes de la table ronde 'Langage et Societé'*, École Normale Supérieure. Paris, 28,29,30 Avril 1983 pp: 191-200

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. *Cidadãos modernos: discurso e representação política.*

Campinas: Ed. Unicamp, 1997